



Filiais Ebserh

Demonstrações Contábeis Consolidadas - BrGaap

Anual de 2018



ABRAHAM WEINTRAUB

Ministro de Estado da Educação

OSWALDO DE JESUS FERREIRA

Presidente

EDUARDO CHAVES VIEIRA

Diretor Vice-Presidente Executivo

IARA FERREIRA PINHEIRO

Diretora de Orçamento e Finanças

ERLON CÉSAR DENGÓ

Diretor de Administração e Infraestrutura

GIUSEPPE CESARE GATTO

Diretor de Atenção à Saúde

SIMONE HENRIQUETA COSSETIN SCHOLZE

Diretora de Gestão de Processos e Tecnologia da Informação

RODRIGO AUGUSTO BARBOSA

Diretor de Gestão de Pessoas

Coordenadoria de Contabilidade e Finanças

Coordenador de Contabilidade e Finanças: Waslei José da Silva

Chefe de Serviço de Contabilidade: Alex Rodrigues Batista

Chefe de Serviço de Mensuração e Controle de Custos: Alexandre dos Santos Silva

Chefe de Serviço de Gestão Financeira: Michel Zanoni Camargo

Sumário

Mensagem da Diretoria Executiva	5
I. Balanço Patrimonial (BP).....	7
II. Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).....	8
III. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).....	9
IV. Demonstração do Valor Adicionado (DVA).....	10
V. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).....	11
VI. Notas Explicativas (NE).....	12
Nota a) – Contexto Operacional.....	12
Nota c) - Principais práticas contábeis	16
1. Ativo.....	19
1.1. Ativo Circulante	19
1.1.1. Caixa e Equivalente de Caixa.....	19
1.1.2. Valores a Curto Prazo	20
1.1.3. Outros Valores a Receber.....	20
1.1.4. Estoques	20
1.1.4.1. Inventários de Estoques 2018.....	22
1.2. Ativo Não Circulante	23
1.2.1 Valores a Longo Prazo	23
1.2.2 Depósitos Judiciais.....	24
1.2.3 Imobilizado	24
1.2.3.1 Bens móveis	24
1.2.3.1.1 Equipamentos de Processamento de Dados	26
1.2.3.1.2 Equipamentos e utensílios médicos.....	26
1.2.3.2 Depreciação acumulada.....	26
1.2.3.3 <i>Impairment</i> de ativos não financeiros	27
1.2.4 Bens imóveis	28
1.2.5 Intangíveis – Sistemas Informatizados para o apoio a gestão hospitalar	28
2 Passivo.....	29
2.1 Passivo Circulante.....	29
2.1.1 Obrigações Trabalhistas – Salário e Férias a Pagar.....	29
2.1.2 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo.....	30
2.1.3 Demais Obrigações a Curto Prazo.....	30
2.1.3.1 Retenções de impostos e contribuições	30
2.1.3.2 Cauções Recebidas.....	31
2.1.4 Obrigações Transitórias a Curto Prazo.....	31
2.2 Passivos Não circulante.....	32
2.2.1 Contingências para Indenizações Trabalhistas e Cíveis.....	32
2.2.2 Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC	34
2.3 Patrimônio Líquido	35
2.3.1 Capital Social Subscrito	35
2.3.2 Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital – AFAC.....	35
2.3.3 Prejuízos Acumulados.....	36
3 Demonstração do Resultado do Exercício.....	36
3.1 Receitas Operacionais	36
3.1.1 Contrato de Repasses SUS	36
3.1.2 Custos dos Serviços Prestados	37
3.2 Despesas Operacionais.....	37
3.2.1 Despesa com Pessoal, Encargos e Benefícios	37
3.2.1.2 Encargos Patronais	38
3.2.1.3 Benefícios a Pessoal.....	38
3.2.1.4 Outras Despesas com Pessoal e Encargos	39
3.2.2 Uso de Material de Consumo	39

3.2.3	Serviços Tomados	40
3.2.4	Depreciação, Amortização e Redução a Valor Recuperável (impairment)	41
3.2.5	Provisões de Riscos Fiscais	41
3.3	Despesas Tributárias	42
3.4	Demais Resultados	42
3.5	Resultado Financeiro	43
3.5.1	Receitas Financeiras	43
3.5.2	Despesas Financeiras	43
3.6	Resultado Antes da Subvenção do Tesouro Nacional	44
3.6.1	Subvenção do Tesouro Nacional - Repasses Recebidos	44
3.7	Resultado Antes da Contribuição Social e Imposto de Renda	44
3.8	Ativo Fiscal Diferido	45
3.9	Resultado do Exercício	45
4	Contas de exercícios anteriores sobrestadas e a evolução da empresa quanto a adequação nos controles para cumprimento das normas.	46
4.1	Nota Técnica SEI nº 2/2019/SC/CCF/DOF-EBSERH referente ao exercício de 2015 contendo o plano de ação para aprimoramento dos controles, adequação às normas e obtenção da eficiência na gestão.	46
4.1.1	Não Validação dos saldos iniciais de 2015, por falta de processo de auditoria nos saldos finais de 2014.	46
4.1.2	Falta de realização de contagem de estoque nos hospitais.	47
4.1.3	Demonstrações Contábeis contaminadas com procedimentos orçamentários da Lei nº 4.320/64.	50
4.2	Nota Técnica SEI nº. 3/2019/SC/CCF/DOF-EBSERH referente ao exercício de 2016 contendo o plano de ação para aprimoramento dos controles, adequação às normas e obtenção da eficiência na gestão.	52
4.3	Nota Técnica SEI nº. 4/2019/SC/CCF/DOF-EBSERH referente ao exercício de 2017 contendo o plano de ação para aprimoramento dos controles, adequação às normas e obtenção da eficiência na gestão.	53
4.3.1	Relativamente à realização do inventário de estoques nos Huf, o relatório de auditoria apresentou a seguinte ressalva:	53
4.3.2	Relativamente à necessidade de realização do teste de recuperabilidade (impairment) do ativo imobilizado, o relatório de auditoria apresentou a seguinte ressalva:	54
4.3.3	Relativamente aos critérios contábeis de apropriação de dívidas com fornecedores, o relatório de auditoria apresentou a seguinte ressalva:	55
5	Conciliação conforme acórdão nº 2016/2006 – TCU – plenário	57
6	Informações Complementares	57
a)	Remuneração pagas a empregados e administradores	57
b)	Situação dos Vínculos Precários	58
c)	Ações da Ouvidoria da EBSERH	59

Mensagem da Diretoria Executiva

Prezados (as) Senhores (as),

A Diretoria Executiva da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, conforme inciso XIV, do Art. 11 do Regimento Interno da EBSERH, Aprovado na 49ª Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 10 maio de 2016, submete ao exame e deliberação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras de encerramento de exercício e as Notas Explicativas referentes à situação patrimonial e financeira no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Com o objetivo de atender o disposto no item VIII art. 11 do Estatuto Social da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH, as demonstrações financeiras foram elaboradas com base na Lei 6.404/76.

A EBSERH tem por finalidade a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como a prestação às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres de serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, observada, nos termos do art. 207 da Constituição, a autonomia universitária.¹

Nesse sentido, a EBSERH tem por competência exercer o disposto no Art. 4º, da referida Lei 12.550, de 15 de dezembro de 2016, a saber:

“I - Administrar unidades hospitalares, bem como prestar serviços de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, no âmbito do SUS;

II - Prestar às instituições federais de ensino superior e a outras instituições congêneres serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, mediante as condições que forem fixadas em seu estatuto social;

III - apoiar a execução de planos de ensino e pesquisa de instituições federais de ensino superior e de outras instituições congêneres, cuja vinculação com o campo da saúde pública ou com outros aspectos da sua atividade torne necessária essa cooperação, em especial na implementação das residências médica,

¹ Art. 3º, a Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011.

multiprofissional e em área profissional da saúde, nas especialidades e regiões estratégicas para o SUS;

IV - Prestar serviços de apoio à geração do conhecimento em pesquisas básicas, clínicas e aplicadas nos hospitais universitários federais e a outras instituições congêneres;

V - Prestar serviços de apoio ao processo de gestão dos hospitais universitários e federais e a outras instituições congêneres, com implementação de sistema de gestão único com geração de indicadores quantitativos e qualitativos para o estabelecimento de metas; e

VI - Exercer outras atividades inerentes às suas finalidades, nos termos do seu estatuto social. ”

Seguindo as premissas legais, foram definidos o propósito e a visão da Empresa. O propósito da EBSERH é ensinar para transformar o cuidar. Como visão, é ser referência nacional no ensino, na pesquisa, na extensão e na inovação no campo da saúde, na assistência pública humanizada e de qualidade em média e alta complexidade, e na gestão hospitalar, atuando de forma integrada com a Universidade e contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas de saúde.

Assim, as demonstrações contábeis consolidadas, consideram as características de constituição da EBSERH e os atos e fatos que ensejaram os lançamentos por cada unidade hospitalar, sendo seus registros contábeis de responsabilidade das equipes envolvidas e atuantes em cada local. Dessa forma, sempre que necessário, as demonstrações devem ser analisadas em conjunto com outros documentos disponíveis nos diversos setores responsáveis pela execução e lançamento dos eventos contabilizados.

I. Balanço Patrimonial (BP)

EBSERH HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO		31 de Dezembro de 2018	
Balanço Patrimonial Consolidado em BrGaap			
Em reais, sem centavos			
ATIVO	NOTA	31.12.2018	31.12.2017
CIRCULANTE	1.1	478.582.645	230.056.802
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.1.1	299.375.677	136.444.771
Valores a Curto Prazo - Contratualização SUS	1.1.2	66.582.188	2.959.258
Adiantamento a Pessoal - Férias e 13º Salário	1.1.3	13.159.678	17.121
Estoques	1.1.4	99.465.102	90.635.652
NÃO CIRCULANTE	1.2	196.688.453	144.073.315
Valores a Receber - Incentivo Mais Vida	1.2.1	13.381.650	-
Depósitos Judiciais	1.2.2	5.759.503	2.145.034
Imobilizado	1.2.3	137.701.950	101.209.666
Bens Móveis	1.2.3.1	188.823.716	134.607.120
Depreciação	1.2.3.2	(48.216.832)	(34.543.375)
Bens Imóveis	1.2.4	3.301.372	1.164.979
Depreciação	1.2.3.2	(40.427)	(19.058)
Redução a Valor Recuperável de Imobilizado (impairment)	1.2.3.3	(6.165.879)	
Intangível	1.2.5	39.845.350	40.718.615
Software		43.519.791	40.719.953
Amortização		(15.898)	(1.338)
Redução a Valor Recuperável (impairment)	1.2.3.3	(3.658.543)	
TOTAL DO ATIVO		675.271.098	374.130.117
PASSIVO	NOTA	31.12.2018	31.12.2017
CIRCULANTE	2.1	704.238.631	240.178.872
Obrigações Trabalhistas	2.1.1	603.185.040	198.500.944
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.1.2	86.148.879	39.429.171
Demais Obrigações a Curto Prazo	2.1.3	4.446.553	1.988.645
Obrigações Transitórias a Curto Prazo	2.1.4	10.458.159	260.112
NÃO CIRCULANTE	2.2	211.073.020	193.138.210
Contingência para Indenizações Trabalhistas	2.2.1	29.742.597	23.152.219
Contingência para Indenizações Cíveis	2.2.1	4.411.975	3.742.879
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	2.2.2	176.918.448	166.243.112
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.3	(240.040.553)	(59.186.965)
Capital Social Realizado	2.3.1	5.000.000	5.000.000
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	2.3.2	94.321.337	47.718.253
Resultados Acumulados		(339.361.890)	(111.905.218)
Prejuízos Acumulados	2.3.3	(339.361.890)	(111.905.218)
Ajuste de Exercícios Anteriores			(21.257.966)
Resultado do Exercício	2.3.4	(227.456.672)	(14.898.552)
TOTAL DO PASSIVO		675.271.098	374.130.117

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas

II. Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)


31 de Dezembro de 2018

Demonstração do Resultado do Exercício Consolidado em BrGaap
 Em reais, sem centavos.

DESCRIÇÃO	Nota	01.01.2018 a 31.12.2018	01.01.2017 a 31.12.2017
Receita Bruta - Serviços		514.945.297	344.578.386
Contratualização SUS	3.1.1	514.945.297	344.578.386
Despesas Operacionais	3.2	(5.270.386.815)	(3.985.006.759)
Despesa com Pessoal, Encargos e Benefícios	3.2.1	(4.267.515.818)	(3.241.073.429)
Remuneração a Pessoal	3.2.1.1	(3.038.005.550)	(2.259.137.813)
Encargos Patronais	3.2.1.2	(939.881.250)	(756.281.754)
Benefícios a Pessoal	3.2.1.3	(276.349.919)	(214.329.868)
Outras Despesas com Pessoal e Encargos	3.2.1.4	(13.279.099)	(11.323.994)
Despesa com Uso de Bens e Serviços		(898.432.688)	(627.676.113)
Uso de Material de Consumo	3.2.2	(329.320.492)	(208.992.799)
Serviços Tomados	3.2.3	(543.217.071)	(405.085.832)
Depreciação e Amortização	3.2.4	(16.070.703)	(13.597.482)
Redução a Valor Recuperável de (impairment)	1.2.3.3	(9.824.422)	
Provisões de Riscos Fiscais	3.2.5	(7.259.474)	(20.107.538)
Riscos Fiscais Trabalhistas		(6.590.378)	(18.436.217)
Riscos Fiscais Cíveis		(669.096)	(1.671.321)
Despesas Tributárias	3.3	(413.471)	(349.563)
Impostos, Taxas e Contribuições		(413.471)	(349.563)
Demais Resultados	3.4	(96.765.364)	(95.800.116)
Resultado Antes das Receitas/Despesas Financeiras		(4.755.441.518)	(3.640.428.373)
Resultado Financeiros	3.5	(12.472.527)	(14.622.331)
Receitas Financeiras	3.5.1	201.422	1.907.181
Despesas Financeiras	3.5.2	(12.673.949)	(16.529.512)
Resultado antes da Subvenção do Tesouro Nacional		(4.767.914.045)	(3.655.050.704)
Subvenção do Tesouro Nacional	3.6.1	4.540.457.373	3.640.152.152
Resultado antes da Contrib. Social Sobre o Lucro Líquido		(227.456.672)	(14.898.552)
Provisão Contribuição Social		-	-
Resultado antes do Imposto de Renda		(227.456.672)	(14.898.552)
Provisão para Imposto de Renda		-	-
Resultado do Exercício	3.9	(227.456.672)	(14.898.552)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas

III. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

 HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO		31 de Dezembro de 2018	
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa em BrGaap			
Em reais, sem centavos.			
DESCRIÇÃO	01.01.2018 a 31.12.2018	01.01.2017 a 31.12.2017	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do Exercício	(227.456.672)	(14.898.552)	
Ajuste de Caixa - AFAC (Patrimônio Líquido)	46.603.084	47.718.253	
Ajustes por:			
Depreciação e Amortização	13.709.386	9.232.626	
Redução a Valor Recuperável (impairment)	9.824.422		
Valores a Curto Prazo - Contratualização SUS	(63.622.931)	(2.959.258)	
Adiantamento a Pessoal - Férias e 13º Salário	(13.142.557)	10.916	
Estoques	(8.829.449)	(28.550.498)	
Depósitos Judiciais	(3.614.469)	(1.510.429)	
Obr. Trabalhista a Pagar	404.684.096	97.476.285	
Fornecedores e Contas a Pagar CP	46.719.708	(12.656.018)	
Demais Obrigações a CP	12.655.955	58.394	
Valores a Longo Prazo - Incentivo Mais Vida	(13.381.650)	-	
Contingências para indenizações cíveis e trabalhistas (LP)	7.259.474	-	
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	211.408.397	93.921.719	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Adição (-) Baixa de Imobilizado	(56.352.989)	(44.252.349)	
Adição (-) Baixa de Intangível	(2.799.838)	(3.602.201)	
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(59.152.827)	(47.854.550)	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Reserva de transferência para AFAC Curto Prazo	-	-	
Reserva de transferência para AFAC Longo Prazo (PNC)	10.675.336	15.052.042	
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	10.675.336	15.052.042	
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO			
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	162.930.906	61.119.212	
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	136.444.771	75.325.559	
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	299.375.677	136.444.771	
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas			

IV. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

31 de Dezembro de 2018

Demonstração Valor Adicionado em BrGaap

Em reais, sem centavos

Descrição	01.01.2018 a 31.12.2018	01.01.2017 a 31.12.2017
Geração de Valor Adicionado		
1 - Receitas	514.945.297	344.578.386
1.1 - Atividades Operacionais	514.945.297	344.578.386
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros	865.816.671	618.002.895
2.1 - Materiais de Consumo	329.320.492	208.992.799
2.2 - Energia elétrica, Água e Esgoto, Gás	45.101.163	33.394.117
2.3 - Serviços de Terceiros	484.135.542	355.508.441
2.4 Provisão de Riscos	7.259.474	20.107.538
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	(350.871.374)	(273.424.509)
4 - Depr., Amortização e Exaustão e Red. A Valor Recup.	25.895.125	13.597.482
4.1 - Depreciação do Período	16.056.144	13.577.576
4.2 - Amortização do Período	14.559	19.906
4.3 - Redução a Valor Recuperável (impairment) do Pe.	9.824.422	
5 - Valor Adicionado Líquido (3-4)	(376.766.499)	(287.021.991)
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	4.431.219.481	3.529.729.705
6.1 Subvenção do Tesouro Nacional	4.540.457.373	3.640.152.152
6.2 Receitas Financeiras	(12.472.528)	(14.622.331)
6.3 Outras -Bolsa Mais Médico	(96.765.364)	(95.800.116)
7 - Valor Adicionado Total a Distribuir (5+6)	4.054.452.982	3.242.707.714
8 - Distribuição do Valor Adicionado	4.054.452.982	3.242.707.714
8.1 - Remuneração do Trabalho	4.267.515.817	3.241.073.430
8.1.1 - Pessoal e Diárias	3.038.005.550	2.259.137.814
8.1.2 - Encargos	1.229.510.267	981.935.616
8.2 - Remuneração do Governo	413.471	349.563
8.2.1 - Impostos, Taxas e Contribuições	413.471	349.563
8.2.2 - Provisão p/ Imposto de Renda	-	-
8.2.3 - Provisão p/ CSLL	-	-
8.3 - Remuneração do Capital de Terceiros	13.980.366	16.183.273
8.3.1 - Aluguéis	13.980.366	16.183.273
8.4 - Remuneração de Capital Próprio	(227.456.672)	(14.898.552)
8.4.1 Resultado do Exercício	(227.456.672)	(14.898.552)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

V. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

 HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	31 de Dezembro de 2018
	Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido em BrGaap Em reais, exceto quando indicado de outra forma

Componentes	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital - AFAC	Reservas de Lucro	Resultados Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos Iniciais (01/01/2017)	5.000.000	-	-	(75.748.700)	(70.748.700)
Resultado Líquido do Exercício				(14.898.552)	(14.898.552)
Adiantamento Fut Aume Cap - AFAC		47.718.253			47.718.253
Compensação do Prejuízo					-
Ajustes de Exercícios Anteriores				(21.257.966)	(21.257.966)
Saldos Finais em 31/12/2017	5.000.000	47.718.253	-	(111.905.218)	(59.186.965)

Componentes	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital - AFAC	Reservas de Lucro	Resultados Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos Iniciais (01/01/2018)	5.000.000	47.718.253	-	(111.905.218)	(59.186.965)
Resultado Líquido do Exercício				(227.456.672)	(227.456.672)
Adiantamento Fut Aume Cap - AFAC		46.603.084			46.603.084
Compensação do Prejuízo					-
Ajustes de Exercícios Anteriores					-
Saldos Finais em 31/12/2018	5.000.000	94.321.337	-	(339.361.890)	(240.040.553)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

VI. Notas Explicativas (NE)

Nota a) – Contexto Operacional

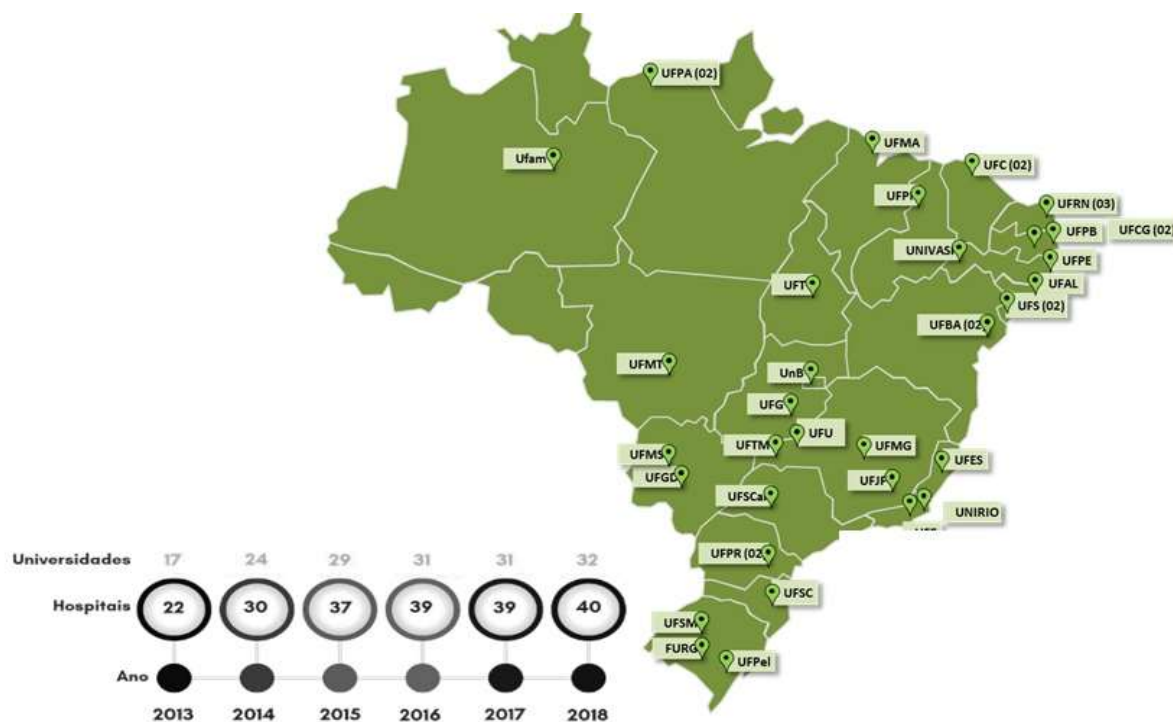
A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH, conforme a legislação em vigor, reger-se-á pela Lei nº 12.550/11, e pela Lei nº 6.404/76, bem como por seu Estatuto Social, e pelas demais normas vigentes que lhe sejam aplicáveis. Por se tratar de uma empresa estatal dependente, está sujeita tanto às normas de direito público, quanto de direito privado. Assim, para o registro e avaliação das demonstrações contábeis deve ser observada a Legislação Societária, a Legislação aplicada ao Setor Público, além da legislação fiscal de âmbito Federal, Estadual e Municipal, e as Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil. Para a adequada orientação dos trabalhos também foram observadas as novas práticas aprovadas pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade-CFC nº 2016/NBCTSPEC - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público

No contexto de avaliação das demonstrações contábeis, cumpre esclarecer que a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH é constituída nos termos da Lei nº 12.550/2011, dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Educação, com capital social totalmente subscrito e integralizado exclusivamente público (100% da União), sendo integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, portanto, sujeita ao arcabouço legal, sistemas e controles postos para Administração Pública Federal.

A EBSERH foi criada em 2011, como resposta do Governo Federal às questões e deficiências de gestão dos Hospitais Universitários Federais, apontadas nos acórdãos 1.520/2006, 2.813/2009 e 2.681/2011, do Tribunal de Contas da União - TCU. Dentre estas, constam os apontamentos relativos a necessidade de substituição dos contratos de mão de obra precarizados por funcionários públicos concursados, a necessidade de reestruturação física e tecnológica, desvinculação administrativa das fundações de apoio, necessidade de adoção de controle de custos, necessidade de revisão da contratualização de serviços junto ao SUS e da adoção de soluções informatizadas de apoio à gestão.

A assunção da gestão dos Hospitais Universitários Federais com a EBSERH é firmada por meio da celebração de contrato de gestão com as Universidades Federais a que estão

vinculadas as unidades hospitalares. Atualmente, a EBSERH possui contratos firmados para a gestão de 40 (quarenta) Hospitais Universitários Federais, de 32 Instituições Federais de Ensino Superior - IFES. No mapa abaixo constam identificadas as Instituições Federais de Ensino Superior - IFES que assinaram contrato com a EBSERH para a gestão das respectivas unidades hospitalares:



A transição da gestão dos hospitais para a EBSERH é realizada segundo as condições firmadas em cada instrumento contratual, e no que concerne à constituição fiscal das unidades filiadas, encontra-se em diferentes estágios, conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 – Evolução do quantitativo de unidades com Execução Orçamentária e Financeira.

Assinatura de Contrato de Gestão	Unidade EBSERH Com Abertura de CNPJ	Quantidade de Empregados (fonte GFIP)	Exercícios Financeiros	Execução Orçamentária e Financeira
40	36	907	2013	1
		8.980	2014	5
		18.308	2015	9
		22.148	2016	13
		24.467	2017	18
		30.045	2018	18

Foi providenciada a abertura de CNPJ 39 unidades hospitalares com contrato de gestão com a EBSERH, sendo que, em 03 (três) casos as unidades foram reunidas em Complexos

Hospitalares de Saúde, com 02 (dois) hospitais em cada complexo, por isso a redução no número de CNPJ em face ao quantitativo de unidades com contrato. A unidade de Uberlândia está em fase abertura do CNPJ EBSERH.

O processo de transição ao qual o HUF deve se submeter ao se tornar gestão Ebserh é determinado por meio do contrato de adesão à Rede e envolve, de uma maneira geral:

- (i) Assinatura do contrato de adesão
- (ii) Registros cadastrais pertinentes (CNPJ, UG e UASG);
- (iii) Nomeação de equipe de governança;
- (iv) Realização de concurso público;
- (v) Desligamento de vínculos precarizados;
- (vi) Sub-rogação de contratos;
- (vii) Revisão e alteração do contrato SUS;
- (viii) Cessão dos ativos mobiliário e imobiliário.

Nota-se que este processo é delicado e deve ser coordenado uma vez que os itens (iv), (v) e (vi) devem ser temporalmente alinhados. Outro ponto importante é que são muitos os *stakeholders* deste processo: fornecedores, universidade, junta comercial dos estados, fundações de apoio, gestor local SUS, trabalhadores terceirizados, servidores e gestores do hospital. Essa profusão de interessados dificulta o processo pois, muitas vezes existem interesses diversos e até mesmo divergentes.

Uma vez assinado o contrato de gestão, inicia-se o processo de transição orçamentária e financeira, que perpassa por várias etapas. O objetivo é garantir um ambiente administrativo adequado para que a execução orçamentária e financeira ocorra de forma plena.

Os requisitos básicos para a transição da gestão orçamentária e financeira são os seguintes:

- Substituição total do pessoal precarizados por pessoal concursado;
- Sub-rogação de contratos administrativos;
- Execução total no SIAFI, e exclusivamente na UG unidade EBSERH;
- Revisão do Contrato SUS para que a unidade EBSERH (e não a Universidade) seja parte Contratada.

Os procedimentos indicados acima refletem os pré-requisitos contratuais aos quais os HUFs devem atender, e até que isso aconteça o Hospital está em processo de transição de gestão.

Portanto, estes demonstrativos representam a execução orçamentária, financeira e patrimonial das 18(dezoito) unidades com execução no cnpj da Ebserh. Contudo, as despesas de pessoal, em 2018, se referem aos 39 (trinta e nove) hospitais universitários que possuem contrato de gestão com a Ebserh. Desta forma, essas despesas são executadas de forma centralizada na unidade sede da empresa. A unidade hospitalar de Uberlândia ainda não possui empregados celetistas custeados pela Ebserh, pois está em fase de autorização para a celebração de concurso público.

Nota b) – Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da EBSEH são de responsabilidade da administração, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas de contabilidade adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, Lei 11.941/09, pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e normas brasileiras de contabilidade aplicado ao setor público. A EBSEH como entidade da Administração Pública Federal Indireta, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, na modalidade total, e em 2018 realizou suas execuções com base no calendário de fechamento do SIAFI, nos termos do Art. 5º da Lei nº 13.473, de 14 de agosto de 2018 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO), que dispôs dentre outros, sobre as diretrizes para a elaboração do Orçamento, e assim estabeleceu:

“Art. 5º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como das despesas dos Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Nacional, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, ser registrada na modalidade total no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.”

Os registros contábeis e fiscais foram normatizados por meio do Memorando Circular DOF 01/2017 – DOF/EBSERH/MEC, de 21 de fevereiro de 2017, e Memorando-Circular - SEI nº 7/2018/SC/CCF/DOF-EBSERH, 29 de outubro de 2018.

Nota c) - Principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas na EBSERH tem como base os padrões internacionais de contabilidade (Internacional Financial Reporting Standards - IFRS), implantados no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Desta forma, as demonstrações contábeis da Empresa foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Os valores foram obtidos com base nos documentos extraídos no SIAFI pelas Unidades Gestoras da EBSERH e conciliados às Notas Fiscais de Entrada por intermédio da Escrita Fiscal, pelo programa ERP Alterdata Fiscal.

As demonstrações contábeis são mensuradas utilizando a moeda do país, ou seja, para fins de apresentação, estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais.

A Empresa realiza registros contábeis de acordo com as seguintes definições:

Performance Financeira Refletida pelo Regime de Competência (Accruals) - O regime de competência retrata com propriedade os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta a informação nos períodos em que ditos efeitos são produzidos, ainda que os recebimentos e pagamentos em caixa derivados ocorram em períodos distintos. Isso é importante em função de a informação sobre os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta a informação, e sobre as mudanças nesses recursos econômicos e reivindicações ao longo de um período, fornecer melhor base de avaliação da performance passada e futura da entidade do que a informação puramente baseada em recebimentos e pagamentos em caixa ao longo desse mesmo período (CPC 00 R1- OB017).

Ativo circulante - São os bens e direitos que a empresa possui realizáveis até o encerramento do exercício seguinte, tais como as contas “Recursos da conta única aplicados” e “Limite de saque com vinculação de pagamento – (caixa disponível)”.

Estoques - São registrados pelo custo de aquisição e sua manutenção e controle físico estão a cargo de cada unidade da EBSERH. Essas unidades emitem os Relatórios Mensais de Almoxarifado – RMA, os quais são registrados no SIAFI. O Serviço de Contabilidade executa a extração dos saldos desses registros, permitindo a evidenciação dos valores no balanço consolidado.

Ativo não Circulante - É composto pelos subgrupos bens móveis, imóveis e intangível, reconhecidos pelo custo histórico de aquisição ou produção deduzido da respectiva depreciação e amortização.

Depreciação/amortização - é calculada pelo método linear, mediante a utilização de taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, sem extrapolar os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99, e na Instrução Normativa SRF nº 1.700/2017, conforme tabela abaixo:

TABELA DE VIDA ÚTIL E VALOR RESIDUAL		Vida útil	Valor Residual
Conta	Descrição da Conta	(anos)	
12311.01.01	Aparelhos de medição e orientação	15	10%
12311.01.02	Aparelhos e equipamentos de comunicação	10	20%
12311.01.03	Equipam/utensílios méd., odonto, lab e hosp.	15	20%
12311.01.04	Aparelho e equip. p/esportes e diversões	10	10%
12311.01.05	Equipamento de proteção, segurança e socorro	10	10%
12311.01.06	Máquinas e equipamentos industriais	20	10%
12311.01.07	Máquinas e equipamentos energéticos	10	10%
12311.01.08	Máquinas e equipamentos gráficos	15	10%
12311.01.09	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	10	10%
12311.01.21	Equipamentos hidráulicos e elétricos	10	10%
12311.01.24	Máquinas e equipamentos eletroeletrônicos	10	10%
12311.01.25	Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	10	10%
12311.02.01	Equipamentos de processamento de dados	5	10%
12311.03.01	Aparelhos e utensílios domésticos	10	10%
12311.03.02	Máquinas e utensílios de escritório	10	10%
12311.03.03	Mobiliário em geral	10	10%
12311.04.02	Coleções e materiais bibliográficos	10	0%
12311.04.05	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10	10%
12311.05.01	Veículos em geral	15	10%
12311.05.03	Veículos de tração mecânica	15	10%
12311.99.09	Peças não incorporáveis a imóveis	10	10%
12321.07.00	Instalações	10	10%
12481.01.00	Amortização do Intangível	5	0%

Impairment de ativos não financeiros - Conforme prever o CPC 01, por sua vez reflexo do IAS 36 (IFRS) e lei 11.638/2007 a administração da EBSERH deverá revisar o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (a) o valor de venda dos ativos menos os custos estimados para a venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo, unidade geradora de caixa ou mesmo o valor atual de mercado.

Passivo Circulante - Obrigações a serem pagas até o encerramento do exercício social seguinte. Referem-se às obrigações com fornecedores, retenções de tributos, obrigações patronais e outras obrigações a pagar assumidas no curso normal das atividades da empresa.

Passivo não circulante – O passivo deve ser classificado como não circulante quando a sua exigibilidade for superior ao prazo, pelo menos, doze meses após a data do balanço, sendo compostos pelas provisões jurídicas e pelo adiantamento de futuro aumento de capital.

Patrimônio Líquido – É o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos (CPC 00 R1). O capital social está representado pela totalidade de ações pertencentes à União.

Ativos e Passivos Financeiros - Estão registrados a valor presente em razão do regime de competência no reconhecimento das receitas e despesas de juros. Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, com incerteza de data para pagamento, estão mensurados a valor presente visto que são escriturados inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente de acordo com as regras e critérios da consultoria jurídica da empresa. A empresa não dispõe de ativos financeiros para venda.

O regime de tributação adotado para fins de cálculo do IRPJ e CSLL é o Lucro Real.

1. Ativo

São os bens e direitos que a Empresa possui e são demonstrados em ordem decrescente de realização. O ativo da EBSERH está registrado nas contas dos grupos Ativo Circulante e Ativo Não Circulante.

1.1. Ativo Circulante

São os bens e direitos que a empresa possui realizáveis até o encerramento do exercício seguinte, tais como as contas “Recursos da conta única aplicados” e “Limite de saque com vinculação de pagamento”.

1.1.1. Caixa e Equivalente de Caixa

Caixa e Equivalente de Caixa	31.12.2018	31.12.2017
Recursos da conta unica Aplicados	16.034.147	11.718.108
Demais contas - Caixa Econômica Federal	538.068	68.029
Limite de saque com vinculação	282.803.462	124.658.634
Total	299.375.677	136.444.771

- a) Recursos da conta única aplicados - os valores advêm das receitas de concursos realizados, de rendimentos das aplicações e da contratualização com os hospitais em observância a contratos firmados com as Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde.
- b) Demais contas - Caixa Econômica Federal - representa os recursos recebidos de fornecedores de serviços e materiais a título de caução contratual.
- c) Limite de saque – “Caixa Disponível” - Representa 94% do caixa disponível da EBSERH. Apresentou 127% de variação com relação ao período anterior. A variação justifica-se pelo recebimento de recurso nos últimos dias do ano, o que dificultou a operacionalização dos pagamentos dentro do exercício, ocasionando a elevação do caixa disponível. Outro fator que contribuiu para a elevação desse saldo foi a mudança da rotina de pagamento no SIAFI implementada pela STN, que passou a realizar a baixa na conta “Limite de Saque” e nas contas de obrigações a pagar somente a partir do efetivo saque na conta única. Anteriormente a baixa realizava-se pela emissão do documento Ordem Bancária (OB) no SIAFI.

1.1.2. Valores a Curto Prazo

Valores a Curto Prazo	31.12.2018	31.12.2017
Contratualização SUS	66.582.188	2.959.258
Total	66.582.188	2.959.258

Contratualização SUS tem por finalidade financiar procedimentos e políticas consideradas estratégicas e de novos procedimentos incorporados à Tabela do SUS. Aguarda liberação do FNS para recebimento (Item 16 do CPC 07 (R1), tais valores são relativos aos contratos com gestor local de saúde e EBSERH Unidade.

1.1.3. Outros Valores a Receber

Outros Valores a Receber	31.12.2018	31.12.2017
Adiantamento a Pessoal - Férias e 13 Salário	13.136.299	0
Multas Contratuais	23.379	17.121
Total	13.159.678	17.121

- Adiantamento a curto prazo é relativo na sua maioria em adiantamentos de Férias e 13º salário conforme previsão legal.
- Créditos a receber decorrentes de infração contratual são valores relacionados a quebra de contrato por parte dos fornecedores de serviço ou material, que por descumprimento de cláusulas contratuais foram autuados e multados, aguardando o recebimento por GRU.

1.1.4. Estoques

São registrados pelo custo de aquisição e sua manutenção e controle físico estão a cargo de cada unidade da EBSERH. São evidenciados considerando os valores levantados em cada almoxarifado local, atualizados nos Relatórios Mensais de Almoxarifado - RMA e registrados no SIAFI.

Estoque	31.12.2018	31.12.2017
Material de consumo	99.426.432	90.635.652
Mercadorias para doação em trânsito	34.468	0
Material de consumo em trânsito	4.201	0
Total	99.465.101	90.635.652

Os maiores saldos de material de consumo, conforme se verifica abaixo, estão agregados nas naturezas de despesa de Material Hospitalar e Material Farmacológico, utilizados em atendimento hospitalar e ambulatorial nas unidades hospitalares (nota explicativa 3.2.2).

Segue detalhamento da conta Material de Consumo consolidada:

Material de Consumo	2018	2017
Combustíveis e lubrificantes automotivos	1.084	35.607
Combustíveis e lubrif. p/ outras finalidades	24.772	1.430
Gás e outros materiais engarrafados	37.273	745.978
Gêneros de alimentação	1.421.568	893.893
Material farmacológico	37.578.197	23.740.866
Material odontológico	350.953	797.717
Material Químico	2.615.362	1.594.825
Material educativo e esportivo	6.897	40
Material de expediente	1.173.651	1.237.038
Material de tic - Material de Consumo	426.979	241.022
Material de acondicionamento e embalagem	620.783	309.478
Material de cama, mesa e banho	730.721	421.883
Material de copa e cozinha	513.667	323.368
Material de limpeza e prod. de higienização	1.080.343	1.086.245
Uniformes, tecidos e aviamentos	137.473	404.634
Material p/ manut.de bens imóveis/instalações	984.779	840.651
Material p/ manutenção de bens móveis	1.632.175	1.697.794
Material elétrico e eletrônico	966.759	751.605
Material de proteção e segurança	667.648	615.395
Material p/ áudio, vídeo e foto	138.686	94.218
Material laboratorial	3.624.553	2.971.907
Material hospitalar	44.092.745	50.996.022
Material p/ manutenção de veículos	20.657	28.622
Material biológico	30.863	25.155
Ferramentas	17.953	12.698
Material p/ reabilitação profissional	74.336	155.837
Material de sinalização visual e outros	38.078	36.587
Outros materiais de consumo	417.475	575.141
Total	99.426.432	90.635.652

1.1.4.1. Inventários de Estoques 2018

Para tratar as questões relativas a estoques, foi publicada a Resolução-SEI nº 82/2018, e criado o grupo de trabalho com representantes da sede e das unidades hospitalares. Com o intuito de confirmar o registro do valor em estoque, foi realizado inventário físico dos estoques objetivando melhorar os controles e corrigir falhas anteriormente detectadas. A contagem física buscou atender as orientações das Auditorias Interna e Independente nos seguintes aspectos:

- Verificação dos valores e quantidades contabilizados como estoques, correspondentes à existência física dos materiais de produção, produtos em elaboração e produtos acabados;
- Verificação da confiabilidade dos controles e métodos de armazenamento e movimentação dos materiais;
- Aplicabilidade do Pronunciamento Técnico CPC 16(R1) - Estoque, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 2), no que diz respeito ao Tratamento contábil, valor do custo reconhecido como ativo, permanência dos ativos até o reconhecimento da receita, redução ao valor realizável líquido, e métodos e critérios utilizados para atribuir custos aos estoques.
- Aplicabilidade da Resolução CFC N.º 1.137/08 " que "Aprova a NBC T 16.10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público, alterada pela norma brasileira de contabilidade, NBC TSP 04, de 25 de novembro de 2016, e o Art. 106 da Lei 4.320/64.

Importante frisar que o inventário físico de 2018, foi organizado pela Coordenadoria de Administração, vinculado à Diretoria de Administração e Infraestrutura.

O grupo de trabalho se reuniu com o objetivo de discutir os problemas enfrentados pelas unidades, avaliar as práticas a serem incorporadas, priorizar as tarefas a serem realizadas e alinhar procedimentos com o fito de garantir maior fidedignidade, confiabilidade e precisão nos levantamentos, lançamentos e controles. A partir dos trabalhos do grupo, foi definido cronograma para realização do inventário físico de estoques. As ações planejadas e a situação de execução destas encontra-se detalhada no quadro abaixo:

1. Realização do inventário de estoques	STATUS	PRAZO
1.1. Mapear o processo de realização do inventário físico de estoques	Concluída	OUT/18
1.2. Publicar Norma Operacional de inventário de estoques	Concluída	OUT/18
1.3. Publicar Portaria de designação das Comissões de Inventário	Concluída	OUT/18
1.4. Realizar inventário físico de estoques	Concluída	NOV/18
1.5. Consolidar relatório de análise dos inventários de estoque	Concluída	NOV/18
1.6. Enviar prestação de contas de inventário para as áreas de controle	Concluída	DEZ/18

Dessa forma, foram adotadas as providências de elaboração de inventário em todos os HUFs da Rede Ebserh, iniciando os trabalhos de contagem física e financeira dos estoques em alguns HUFs em agosto de 2018, tendo sido todos concluídos no final de novembro de 2018, devidamente conciliado com os saldos contábeis até aquele período.

Ainda sobre esse trabalho, foi solicitado o acompanhamento da Auditoria Interna da Empresa e da Auditoria Independente, conforme Processo SEI nº 23477.023948/2018-70. Foi editada, ainda, a Resolução nº 102, de 09/01/2019, constante do processo SEI nº 23477.024446/2018-66, que determinou a instauração de processos específicos de apuração das divergências encontradas a maior e a menor ajustadas em decorrência do inventário físico de estoques.

Como medida de solucionar definitivamente o problema dos controles de estoques, foi publicada a Portaria-SEI nº 08, de 09 de janeiro de 2019, a qual trata da delegação de competências para a prática dos atos de gestão aos Superintendentes dos Hospitais Universitários Federais.

1.2. Ativo Não Circulante

São os bens (corpóreos ou intangíveis) destinados ao funcionamento operacional da Empresa e que se pretende gerar benefícios sociais, trazendo bem-estar social a população onde está localizada o hospital universitário.

1.2.1 Valores a Longo Prazo

Valores a Longo Prazo	31.12.2018	31.12.2017
Valores a Receber - Incentivo Mais Vida	13.381.650	0
Total	13.381.650	0

Programa Especial – Incentivo Mais Vida 2018: Créditos a receber, no âmbito do SUS, conforme plano operativo firmado entre HC-Ufmg/Ebserh e SMSA-Ses/Mg, cujo prazo de recebimento é superior a 12 (doze) meses.

1.2.2 Depósitos Judiciais

Depósitos Judiciais	31.12.2018	31.12.2017
Depósitos Judiciais Efetuados	780.392	780.393
Depósitos Efetuados P/Interposição de Recurso	4.979.111	1.364.642
Total	5.759.503	2.145.035

São valores referentes aos depósitos judiciais nas unidades da EBSERH, em virtude de processos judiciais em julgamento. A variação positiva se deve ao aumento do quadro de empregados públicos da Empresa (Quadro 1) e ao processo gradativo de incorporação de novas unidades filiadas que conseqüentemente tem aumentado o fluxo de demandas judiciais da área trabalhista e cível.

1.2.3 Imobilizado

São os bens móveis e imóveis destinados ao uso da empresa e que geram valor social e benefícios futuros, como a incorporação de novos equipamentos para melhoria dos serviços de saúde prestados à população no âmbito do SUS. O imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação/amortização, conforme CPC 27- IAS 16.

Até o encerramento do exercício de 2018 não foi efetivada, contabilmente, nenhuma cessão dos bens pertencentes às Universidades, disponíveis aos HUFs, para a Ebserh.

1.2.3.1 Bens móveis

Bens Móveis	31.12.2018	31.12.2017
Aparelhos de medição e orientação	590.204	258.443
Aparelhos e equipamentos de comunicação	3.612.619	3.453.375
Equipam/utensílios médicos,odonto,	88.982.969	49.850.781

Aparelho e equipamento p/esportes	415.747	16.085
Equipamento de proteção, segurança	967.503	382.520
Máquinas e equipamentos industriais	271.880	225.373
Máquinas e equipamentos energético	1.494.009	1.606.515
Máquinas e equipamentos gráficos	11.865	3.580
Máquinas, ferramentas e utensílios	81.215	62.807
Equipamentos, peças e acessórios	7.000	0
Equipamentos hidráulicos e eletrônicos	65.540	30.141
Máquinas e equipamentos eletro-eletrônicos	226.069	105.610
Máquinas, utensílios e equipamentos	1.217.828	997.306
Equipamentos de processamento de dados	68.350.861	62.913.160
Aparelhos e utensílios domésticos	4.960.108	3.127.614
Máquinas e utensílios de escritórios	111.384	92.915
Mobiliário em geral	11.224.369	7.949.198
Coleções e materiais bibliográfico	39.234	20.838
Equipamentos para audio, video e foto	1.511.624	1.109.360
Veículos em geral	38.995	11.126
Veículos de tração mecânica	704.029	176.529
Bens não localizados	3.362.207	0
Pecas não incorporáveis a imóveis	536.875	2.213.843
Material de uso duradouro	39.581	0
Depreciação Acumulada - Bens Móveis	(48.216.832)	(34.543.375)
Redução a Valor Recuperável (impairment)	(6.165.879)	
Total	134.441.005	134.607.120

Representa os investimentos em aparelhos, equipamentos, Máquinas e utensílios médico/odontológico/hospitalar, máquinas de ar condicionado, geradores de energia elétrica, servidores de internet, ferramentas e mobiliário em geral. A Conta Contábil de Bens Móveis, descontados os valores de depreciação e o impairment, apresentou variação positiva de 34,28% em relação ao período anterior. No Geral os bens móveis compõem-se de bens adquiridos pela gestão EBSERH, o que explica a variação evidenciada, visto a necessidade de reestruturação física e tecnológica apontada pelo TCU e a execução do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf). O processo de inventário patrimonial está previsto ser finalizado no exercício de 2019, sob a responsabilidade da Diretoria de Administração e Infraestrutura.

Os bens não localizados foram agregados na conta específica após a Comissão de Inventário apontar a diferença nos relatórios de controle interno. Está em curso, Pela Coordenadoria de Administração da Diretoria de Administração e Infraestrutura, a localização desses bens e para posterior reclassificação em conta contábil específica.

1.2.3.1.1 Equipamentos de Processamento de Dados

	31.12.2018	31.12.2017
Equipamentos de processamento de dados	68.350.861	62.913.160

É a conta de maior representatividade, refere-se basicamente a três tipos de equipamentos, quais sejam:

- Data Center Container;
- Solução de Storage;
- Firewall.

Para os demais, temos outros equipamentos de TI, tais como:

- Servidores de rede;
- Racks
- Computadores;
- Notebooks;
- Tablets;
- Pontos de acesso;
- Painéis de controle, etc.

1.2.3.1.2 Equipamentos e utensílios médicos

Bens Móveis	31.12.2018	31.12.2017
Equipam/utensílios médicos,odonto,	88.982.969	49.850.781

São os equipamentos de infraestrutura hospitalar e congrega todo parque tecnológico da EBSERH.

1.2.3.2 Depreciação acumulada

Bens Móveis	31.12.2018	31.12.2017
Depreciação Acumulada - Bens Móveis	(48.216.832)	(34.543.375)

Foi calculada pelo método linear, mediante a utilização de vida útil econômica dos bens (Nota a – Contexto Operacional), sem extrapolar os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa SRF nº 1.700/2017. O controle patrimonial e o cálculo da depreciação são realizados no SIG-Patrimônio, sob a responsabilidade da Diretoria de Administração e Infraestrutura.

1.2.3.3 Impairment de ativos não financeiros

Sobre o Teste de Recuperabilidade dos Bens Patrimoniais registrados no ativo imobilizado e intangível, apresenta-se os valores de perda apurados conforme processo nº 23477.003524/2019-70:

CONTA	DESCRIÇÃO CONTA	TESTE IMPAIRMENT (RS)
123110101	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	24.907
123110102	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	127.817
123110103	EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS, ODONTO, LAB E HOSP	4.065.342
123110104	APARELHOS E EQPAMENTOS PARA ESPORTES E DIVERSÕES	5.285
123110105	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	60.014
123110106	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	0
123110107	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	109.207
123110108	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	3.893
123110109	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	3.007
123110112	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS P/ AUTOMOVEIS	0
123110121	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	21.334
123110124	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRONICOS	335
123110125	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	11.016
123110201	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	443.885
123110301	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	338.545
123110302	MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	9.573
123110303	MOBILIARIO EM GERAL	734.669
123110402	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	1.464
123110405	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	143.948
123110501	VEICULOS EM GERAL	992
123110503	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	60.645
123119909	PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	0
123210700	INSTALACOES	0
124110101	SOFTWARES	0

124110201	SOFTWARES	3.658.543
	Total Impairment	9.824.422

1.2.4 Bens imóveis

Bens Imóveis	31.12.2018	31.12.2017	AH
Obras em Andamento/Em propriedade de Terceiros	-	753.507	-
Instalações	431.772	411.472	95%
Benfeitorias em propriedades de Terceiros	2.869.600	-	0%
Depreciação/Amortização Acumulada	(40.427)	(19.058)	47%
Total	3.260.945	1.145.921	35%

- Obras em Andamento/Em propriedade de Terceiros – o saldo contábil foi reclassificado para a conta “Benfeitorias em propriedades de Terceiros”.
- Instalações - Registra o custo de implantação de instalações que, não obstante integradas aos edifícios, devem ser segregadas das obras civis..
- Benfeitorias em Imóvel de Terceiro/Obras em Imóvel de Terceiros - Corresponde a investimento com ampliação ou melhoria de infraestrutura de Unidades da EBSERH.
- Depreciação Acumulada – Bens Imóveis – o registro da depreciação das Instalações da Sede, tem por base de cálculo o período contratual do aluguel do imóvel.

1.2.5 Intangíveis – Sistemas Informatizados para o apoio a gestão hospitalar

Intangível	31.12.2018	31.12.2017
SOFTWARES - Vida Útil Definida	83.000	83.000
SOFTWARES - Vida Útil Indefinida	41.696.023	39.477.471
SOFTWARES - Em Fase de Desenvolvimento	1.740.768	1.159.482
Amortização Acumulada	(15.897,68)	(1.338,48)
Redução a Valor Recuperável (impairment)	(3.658.543)	
Total	39.845.351	40.718.614

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, resultado do desenvolvimento de software ou de direitos contratuais ou de outros direitos legais. Os intangíveis são demonstrados pelo custo de aquisição, produção ou desenvolvimento de software, deduzido da respectiva amortização, calculada pelo método linear ao longo de suas vidas úteis.

O CPC 04 (R1) orienta que a contabilização de ativo intangível se baseia na sua vida útil. Um ativo intangível com vida útil definida deve ser amortizado, enquanto a de um ativo intangível com vida útil indefinida não deve ser amortizado.

2 Passivo

São os valores de obrigações que a EBSERH tem com terceiros, tais como fornecedores ou com empregados, são conhecidos ou calculáveis, e quando aplicável, podem ser acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. São demonstrados em ordem decrescente de exigibilidade.

2.1 Passivo Circulante

Obrigações a serem pagas até o encerramento do exercício social seguinte. É composto pelos subgrupos e respectivas Contas Contábeis demonstradas no Balanço Patrimonial:

2.1.1 Obrigações Trabalhistas – Salário e Férias a Pagar

Obrigações Trabalhistas	31.12.2018	31.12.2017
Salários, Remunerações e Benefícios	216.595.934	0
Férias a Pagar	385.830.232	198.500.944
Pensão Alimentícia	271.698	0
Planos de Previdência e Assistência	487.176	0
Total	603.185.040	198.500.944

O grupo “Obrigações Trabalhistas” compreende as obrigações com folha de pessoal apropriadas pelo regime de competência. A variação a maior entre os períodos em análise é decorrência da alteração promovida pela STN na rotina de pagamento no SIAFI (nota 1.1.1, item c), que ocasionou a existência de saldo a pagar, que deveriam ter sido baixados em 2018, nas contas “Salários, Remunerações e Benefícios”, “Pensão Alimentícia” e “Planos de Previdência e Assistência”.

A obrigação com Férias a Pagar é registrada com base em relatórios emitidos pela Diretoria de Gestão de Pessoas, incluindo o proporcional de férias, o Abono Constitucional de 1/3 de férias, os encargos patronais (20% INSS e encargos com o Sistema “S”).

2.1.2 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	31.12.2018	31.12.2017
Contas a Pagar - Credores Nacionais	86.1A48.879	39.429.171

Representa o conjunto de obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos, classificadas como passivos circulantes uma vez que o pagamento é devido até o fim do exercício social seguinte. São reconhecidos tanto os valores das Notas Fiscais quanto dos demais documentos de cobrança correspondentes que resultarão em futura execução financeira.

2.1.3 Demais Obrigações a Curto Prazo

Representam as retenções de impostos e contribuições, as cauções contratuais recebidas e obrigações transitórias a curto prazo.

2.1.3.1 Retenções de impostos e contribuições

Retenções de Impostos e Contribuições	31.12.2018	31.12.2017
Retenções Previdenciárias	686.788	279.942
IRRF devido ao Tesouro Nacional	327	0
Impostos e Contribuição Diversos Devido	2.441.639	1.062.581
ISSQN	328.152	147.372
Depósitos a Efetuar por Determinação Judicial	451.578	430.721
Total	3.908.485	1.920.615

- a) Retenção Previdenciárias, Impostos e Contribuições Diversos e ISS – São os valores de consignações retidas pela EBSERH no curso da execução de suas obrigações. Representam valores de tributos Federais, Estaduais e Municipais retidos pela EBSERH e suas unidades. Esse passivo origina-se da execução da folha de pagamento de pessoal e contratações diversas, bem como das aquisições de produtos e serviços tomados de fornecedores sobre os quais a legislação fiscal exige a retenção por parte do contratante.
- b) Depósitos Retidos de Fornecedores – Atende as determinações dos tribunais de contas para efetuar a retenção de encargos patronais referente aos colaboradores de empresas prestadoras de serviços.

- c) Depósitos a Efetuar por Determinação Judicial – são os valores relativos as reclamações trabalhistas e cíveis.

2.1.3.2 Cauções Recebidas

Cauções	31.12.2018	31.12.2017
Depósitos e Cauções recebidos	538.068	68.029

É a contrapartida de depósitos realizados por fornecedores de serviços e materiais como garantia para o cumprimento de obrigação contratual. É obrigatória a devolução dos valores ao final da prestação dos serviços contratados.

2.1.4 Obrigações Transitórias a Curto Prazo

Retenções de Impostos e Contribuições	31.12.2018	31.12.2017
Retenções - Entidades Representativas	282.466	0
Retenções - Empréstimos e Financiamentos	9.870.658	0
Depositos por devolução de valores	2.653	0
Indenizações, Restituições e Compensações	164.176	0
Diárias a Pagar e GRU-Valores em Trânsito para Estorno	4.460	0
Incentivos a Educação, Cultura e Auxílios Financeiros a Pesquisador	0	166.300
Saque - Cartão de Pagamento do Gov. Fed.	6.079	5.652
Fatura - Cartão de Pagamento do Gov. Fed.	7.795	16.601
Obrigações com Entidades Federais	0	40.354
Obrigações junto a Entidades Federais	0	31.204
Obrigações com Entidades Estaduais	119.872	0
Total	10.458.159	260.112

- a) Retenções - Entidade Representativas – Apropriação de obrigação para pagamento de contribuições sindicais de empregados.
- b) Retenções - Empréstimos e Financiamentos – Apropriação de obrigação para pagamento de empréstimos dos empregados;
- c) Depositos por devolução de valores – Apropriação de obrigação para pagamento de valores recebidos a maior pelos empregados.
- d) Indenizações, Restituições e Compensações – Apropriação de obrigação para pagamento de Indenizações, Restituições e Compensações de empregados.

- e) Diárias a pagar – Apropriação de obrigação para pagamento de diárias;
- f) Auxílio Financeiro a Pesquisadores – Apropriação de obrigação para pagamento de auxílio financeiro a pesquisador e a estudante;
- g) GRU-Valores em Trânsito para Estorno – Apropriação de valores para pagamento de locomoção por ocasião de diárias.
- h) Saque e Fatura de Cartão de Pagamento do Governo Federal – Obrigações a pagar ou a regularizar devido ao uso de cartão de suprimento de fundos nas modalidades saque e fatura.
- i) Obrigações com entidades Federais, Estaduais e Municipais – Obrigações com reembolso de despesa com pessoal cedido por Entidades Públicas.

2.2 Passivos Não circulante

Composto pelas contas de provisões de “Contingências para Indenizações Trabalhistas e Cíveis” e “Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC”, cujo prazo de exigibilidade ultrapassa o exercício seguinte.

2.2.1 Contingências para Indenizações Trabalhistas e Cíveis

a) Classificação Provável

31.12.2017		31.12.2018			
Natureza	Saldo Final	Adições	Reversões	Baixa	Saldo Final
Trabalhista	23.152.219	10.787.129	231.667	3.965.083	29.742.597
Cível	3.742.879	875.600	86.106	120.399	4.411.975
Total	26.895.098	11.662.729	317.773	4.085.482	34.154.572

b) Classificação Possível

31.12.2017		31.12.2018			
Natureza	Saldo Final	Adições	Reversões	Baixa	Saldo Final
Trabalhista	26.241.409	12.989.767	0,00	0,00	39.231.176
Cível	11.576.653	2.921.543	0,00	0,00	14.498.196
Total	37.818.062	15.911.310	0,00	0,00	53.729.372

As provisões de contingências passivas, com vistas a atender ao regime de competência, são quantificadas por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos passados, podem, eventualmente, apresentar variações nos valores reais.

A Consultoria Jurídica da EBSERH, utiliza o seguinte método de análise do prognóstico das ações judiciais:

Provável: “Ação que há maior probabilidade da EBSERH perder. A demanda será classificada como “provável” por exemplo quando houver decisão judicial parcial ou totalmente desfavorável aos interesses da empresa”;

Possível: “A chance de perder é menor que provável. A demanda será classificada como “possível” quando ainda não houver decisão judicial, mas é possível que a mesma venha a ser contrária aos interesses da empresa”.

Remota: “Pequena chance da EBSERH perder. A demanda será classificada como “remota” quando há decisão judicial favorável aos interesses da empresa ou obrigação já tenha sido devidamente cumprida”.

Adições: são as atualizações positivas dos valores referentes aos processos judiciais e extrajudiciais com prognóstico possível e provável; Reversões: são as atualizações negativas dos valores referentes aos processos judiciais e extrajudiciais com prognóstico possível e provável; Baixas: são os pagamentos, penhoras e outros que liquidem ou garantam a execução de decisão judicial ou administrativa transitada em julgado referentes aos processos judiciais e extrajudiciais com prognóstico possível e provável.

Entende-se que a metodologia adotada pela Consultoria Jurídica atende o estabelecido pela norma contábil CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, por sua vez reflexo do IAS 38 (IFRS).

Quanto à obrigatoriedade de divulgação, o normativo CPC 25 descreve que para as classificações “Prováveis” são necessários o registro e a divulgação no Balanço Patrimonial. Para a classificação “Possível” é devida à publicação em nota explicativa. A classificação Remota não possui exigência de divulgação.

2.2.2 Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital AFAC	31.12.2018	31.12.2017
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital AFAC	166.243.112	128.240.973
Correção Selic - Exercício	10.675.337	15.052.042
Correção Selic - Ajuste de Exercícios Anteriores	0	21.257.965
Correção Selic registrada em 2014	0	1.692.131
Total	176.918.450	166.243.112

Compreende o saldo de repasses recebidos na dotação orçamentária de investimentos referente ao período de 2013/2016 e a devida correção monetária até 31/12/2018. Ao receber tais recursos, deve-se registrá-los no Ativo (no caso da EBSERH os recursos recebidos como AFAC correspondem aos investimentos registrados no Ativo não Circulante - Imobilizado) e a crédito na conta específica “Adiantamento para Futuro Aumento de Capital” (Passivo não Circulante). O Serviço de Contabilidade já solicitou a autorização de integralização do AFAC ao Capital Social, conforme Processo SEI 23477.014960/2018-93. Desta forma, o AFAC permanecerá no Passivo não Circulante até que seja autorizada a sua integralização.

O registro da Correção Selic sobre o AFAC tem por base legal o seguinte normativo:

“Art. 2º. Sobre os recursos transferidos pela União ou depositados por acionistas minoritários, para fins de aumento do capital de empresa ou de sociedade de que trata o artigo anterior, incidirão encargos financeiros equivalentes à Taxa Selic, desde o dia da transferência até a data da capitalização.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não se aplica aos recursos que vierem a ser transferidos pela União ou depositados por acionistas minoritários a partir de 1º de janeiro de 2017, para fins de aumento do capital de empresa ou de sociedade cujo capital social seja constituído de recursos provenientes exclusivamente do setor público, cujo montante efetivamente investido deverá ser capitalizado até a data limite da aprovação das contas do exercício em que ocorrer a transferência. (*Parágrafo único acrescido pelo Decreto nº 8.945, de 27/12/2016*)” Decreto Nº 2.673, de 16 de julho de 1998

Desta forma, os repasses recebido a título de AFAC nos exercícios de 2013 até 31/12/2016 foram registrados no Passivo não circulante como instrumentos financeiros com incidência de encargos financeiros, até que seja concretizada a sua integralização em conformidade ao CPC 38, IAS 39 (IRFS).

Os recursos recebidos a partir de 2017 foram considerados instrumentos patrimoniais, e seu registro ocorreu no Patrimônio Líquido, sem incidência de correção monetária conforme Art. 2º Parágrafo único, Dec. nº 2.673/98.

2.3 Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido é formado pelas contas Capital Social Subscrito, AFAC, Resultado de Exercícios Anteriores, Ajuste de Exercícios Anteriores e Prejuízo do Exercício. O capital social está representado pelo valor inicialmente subscrito e integralizado por ocasião da constituição da Ebserh, sendo totalmente pertencente à União.

Patrimônio Líquido	31.12.2018	31.12.2017
Capital Social Subscrito	5.000.000	5.000.000
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	94.321.337	47.718.253
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(111.905.218)	(75.748.700)
Ajuste de Exercícios Anteriores		(21.257.965)
Resultado do Exercício	(227.456.672)	(14.898.552)
Total	(240.040.553)	(59.186.965)

2.3.1 Capital Social Subscrito

É composto pelo valor inicial de R\$ 5.000.000,00 totalmente integralizado exclusivamente público (100% pela União). O capital social já subscrito e integralizado em 07 de março de 2012, conforme registro constante do SIAFI com o nº 2012RA000001, código de recolhimento tesouro nº 48816-0, no valor de R\$ 5.000.000,00.

2.3.2 Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital – AFAC

Considerando a orientação da Coordenação-Geral de Contabilidade da União - CCONT e Coordenação-Geral de Participações Societárias - COPAR (macro função 021122), todos os aportes orçamentários e financeiros feitos pelo Governo Federal em 2018, destinados a investimentos estão registrados na conta AFAC. A EBSEH aguarda a aprovação da proposta

de transferência dos recursos registrados no AFAC, por parte do Órgão competente, para o aumento do Capital Social.

2.3.3 Prejuízos Acumulados

Segundo a Lei 6.404/76 – Compreende o prejuízo acumulado nos exercícios anteriores no valor de R\$ 111.905.217 (Cento e onze milhões, novecentos e cinco mil, duzentos e dezessete reais) somado ao prejuízo do exercício de 2018, apurado na DRE no valor de R\$ 227.456.672 (duzentos e vinte e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil e seiscentos e setenta e dois reais).

3 Demonstração do Resultado do Exercício

A EBSERH, integrante do Orçamento Geral da União, recebe todos os seus repasses previstos na Lei Orçamentária – LOA, conforme demonstrado abaixo:

3.1 Receitas Operacionais

3.1.1 Contrato de Repasses SUS

A receita com contratos SUS foi de R\$ 514.945.297 no ano de 2018, representando 10% do valor total das receitas operacionais. São receitas decorrentes de recursos recebidos a título de repasse, oriundos do Orçamento Geral da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, referente à produção hospitalar realizada por 17 (dezessete) hospitais universitários vinculados à EBSERH, registrado no DATASUS, conforme estabelecido em termo contratual. Nesse caso há contraprestação de serviços pela receita recebida.

Receitas Operacionais	31.12.2018	31.12.2017
Repasse SUS	514.945.297	344.578.386
Total	514.945.297	344.578.386

3.1.2 Custos dos Serviços Prestados

Considerando tratar-se de prestação de serviços, não há lapso temporal entre a atenção a saúde e o direito ao faturamento SUS. Os custos se transformam em despesas no próprio momento de sua ocorrência. Para a informação gerencial, na Demonstração do Resultado do Exercício, referente àquelas despesas que se relacionam mais diretamente às receitas da contratualização SUS, ainda está em desenvolvimento na Ebserh o sistema de gerenciamento de custos.

3.2 Despesas Operacionais

São as despesas apropriadas na operacionalização das unidades hospitalares filiadas a Eberh com objetivo de cumprir suas obrigações estatutária e legais.

Despesas Operacionais	31.12.2018	31.12.2017
Despesa com Pessoal , Encargos e Benefícios	(4.267.515.817)	(3.241.073.430)
Despesa com Uso de Bens e Serviços	(898.432.688)	(627.676.113)
Provisões de Riscos Fiscais	(7.259.474)	(20.107.538)
Despesas Tributárias	(413.471)	(349.563)
Demais Resultados	(96.765.364)	(95.800.116)
Total	(5.270.386.814)	(3.985.006.761)

3.2.1 Despesa com Pessoal, Encargos e Benefícios

A maior parte das despesas da EBSEH, como nos diversos órgãos da administração pública, é com pessoal e encargos, tendo havido um aumento na despesa em relação ao ano de 2017. A elevação da despesa tem relação direta com a contratação de empregados em 2018 conforme Nota a – Quadro 1 – Evolução do quantitativo de unidades com Execução Orçamentária e Financeira por exercício. Ressalta-se que mesmo contado com 18(dezoito) unidades em Execução Orçamentária e Financeira, os 30.045 (trinta mil, e quarenta e cinco) empregados da Ebserh estão alocados em 39 Hospitais Universitários.

3.2.1.1 Remuneração a Pessoal

Remuneração a Pessoal	31.12.2018	31.12.2017
Vencimentos e Salário	(2.019.657.587)	(1.476.499.609)
Abonos	(9.997)	(1.443)
Adicionais	(403.320.507)	(338.420.737)
Gratificação	(142.577.755)	(132.290.817)
Férias - RGPS	(259.572.929)	(141.706.867)
13º Salário - RGPS	(207.613.007)	(170.122.935)
Sentenças Judiciais - Ativo Civil	(5.253.768)	(95.405)
Total	(3.038.005.550)	(2.259.137.814)

3.2.1.2 Encargos Patronais

Encargos Patronais	31.12.2018	31.12.2017
Contribuição Patronal para o RPPS	(802.215)	(802.736)
Contribuição Patronal para o INSS	(725.284.710)	(583.981.161)
FGTS	(213.794.325)	(171.489.084)
Outros Encargos Patronais	-	(8.774)
Total	(939.881.250)	(756.281.755)

3.2.1.3 Benefícios a Pessoal

Em razão do advento da Lei 13.303/16 (Lei das Estatais), da necessidade de esclarecimentos sobre os pagamentos de benefícios de pessoal, e de acordo com o art. 22 do Regulamento de Pessoal da EBSEH, entende-se por “benefício” a vantagem *in natura* ou pecuniária, paga diretamente ou indiretamente ao empregado, quando obedecidos os critérios estabelecidos para sua concessão no Plano de Benefícios aprovado para a EBSEH e firmado no Acordo Coletivo de Trabalho. Conforme estabelecido em normas internas, os benefícios espontâneos concedidos pela EBSEH são:

Benefícios a Pessoal	31.12.2018	31.12.2017
Auxílio Alimentação	(204.566.290)	(153.957.728)
Auxílio Transporte	(6.670.032)	(8.398.159)
Ajuda de Custo	(41.784)	(72.255)
Assistência a Saúde	(42.700.985)	(34.637.158)
Auxílio Creche	(21.601.882)	(16.770.811)
Auxílio Deficiente - Acordo Coletivo	(768.947)	(493.757)
Total	(276.349.919)	(214.329.868)

3.2.1.4 Outras Despesas com Pessoal e Encargos

Outras Despesas com Pessoal e Encargos	31.12.2018	31.12.2017
Indenizações e Restituições trabalhista	(9.655.712)	(7.327.753)
Pessoal Requisitado de Outros Entes/Orgãos	(3.623.387)	(3.996.241)
Pessoal Requisitado de Outros Orgãos	(1.005.385)	1.350.128
Pessoal Requisitado de Outros Orgãos	(453.431)	335.687
Pessoal Requisitado de Outros Orgãos	(1.871.624)	2.123.170
Pessoal Requisitado de outros órgãos	(292.947)	187.256
Total	(13.279.099)	(11.323.994)

- a) Indenizações e Restituições trabalhista – Evidencia o pagamento de verbas indenizatórias e de rescisão contratual.
- b) Pessoal Requisitado de outros órgãos – Registra a despesa com reembolso de pessoal cedido por outros órgãos ou entes à EBSERH.

3.2.2 Uso de Material de Consumo

Uso de Material de Consumo	31.12.2018	31.12.2017
Consumo de Materiais estocados	(92.673.672)	(37.038.649)
Consumo de softwares de Base	(165)	(47.637)
Consumo de Combustíveis e lubrificantes	(2.979.220)	(1.220.970)
Consumo de gêneros de Alimentação	(11.836.248)	(11.375.543)
Consumo de material de proc. de Dados	(454.881)	(322.390)
Consumo de material farmacológico	(82.583.910)	(68.695.360)
Consumo de material hospitalar	(119.421.631)	(76.920.464)
Consumo de material para produção	(508.911)	(431.419)
Material de consumo imediato	(12.607.180)	(9.233.463)
Consumo de outros materiais	(2.883.414)	(1.379.135)
Perda involuntária com Estoques	(3.371.260)	(2.327.771)
Total	(329.320.492)	(208.992.799)

O aumento no consumo de materiais tem maior impacto nas naturezas de despesas de “Consumo de Material Farmacológico” e “Consumo de Material Hospitalar”, visto que são matérias primas essenciais para a prestação do serviço hospitalar. A conta de Consumo de Materiais estocados representa os estoques classificados sem o detalhamento por natureza de despesa, contem todos os tipos de despesa de bens de material de consumo do grupo. No Geral, o grupo apresenta um aumento na despesa com material essencial para a prestação da atividade dos hospitais.

3.2.3 Serviços Tomados

Serviços Tomados	31.12.2018	31.12.2017
Diárias e Serv.Transp. Passagem e hospedagem	(9.047.227)	(7.226.879)
Serviços Técnicos, de Apóio Adm e Operacional	(415.450.154)	(293.606.511)
Locações e arrendamentos	(41.972.597)	(42.267.047)
Serviços educacionais e culturais	(1.663.264)	(2.940.489)
Sentenças judiciais - serviços de terceiros	(605.441)	(238.496)
Serviços comunicação, gráficos e audiovisual	(3.318.329)	(2.755.386)
Serviços água e esg., ener.eletr.,gás e outros - pj	(45.101.163)	(35.454.800)
Fornecimento de alimentação	(26.011.547)	(20.506.989)
Seguros em geral	(47.349)	(89.235)
Total	(543.217.071)	(405.085.832)

- a) Diárias – Registra a utilização de diárias pagas aos servidores, empregados públicos e colaboradores eventuais, para fazer face a despesas com passagem aérea e/ou terrestre, hospedagem, alimentação e locomoção urbana.
- b) Serviços técnicos, de Apoio Administrativo e Operacional – Representa o custeio com a contratação de serviços de terceiros com a finalidade de manutenção da capacidade operacional da EBSERH. O Aumento da despesa decorre do aumento de unidades com execução orçamentária e financeira no exercício, que utilizaram a contratação de serviços de apoio à gestão, manutenção de aparelhos, máquinas e equipamentos, serviços de melhoria de processos de negócio e suporte.
- c) Sentenças judiciais – serviços de terceiros –Valores pagos a título de custas judiciais.
- d) Serviços comunicação, gráficos e audiovisual – Em sua grande parte, Despesa com publicação de matéria em Diário Oficial, além de gastos com telefonia.

- e) Serviços água e esgoto, energia elétrica e gás – representa as despesas com os concessionários de serviços de fornecimento de água, energia elétrica, gás e tratamento de esgoto.
- f) Fornecimento de alimentação – Representa a despesa com a contratação de serviço de fornecimento de alimentação nas unidades que não têm ou não utilizam refeitório próprio. Considerando o aumento da despesa no exercício, apresenta-se o detalhamento por unidade Executora.

3.2.4 Depreciação, Amortização e Redução a Valor Recuperável (impairment)

Depreciação e Amortização	31.12.2018	31.12.2017
Depreciação de bens móveis	(16.034.774)	(13.558.519)
Depreciação de bens imóveis	(21.370)	(19.058)
Amortização de imobilizado	-	(18.567)
Amortização de intangível	(14.559)	(1.338)
Redução a Valor Recuperável (impairment)	(9.824.422)	
Total	(25.895.125)	(13.597.482)

A Depreciação e Amortização representam a perda de valor de um imobilizado/intangível decorrente de seu uso, do desgaste natural ou de sua obsolescência no período em análise, o detalhamento encontra-se na nota explicativa 1.2.3.2. O valor de Redução a Valor Recuperável (impairment) está detalhado na nota 1.2.3.3.

3.2.5 Provisões de Riscos Fiscais

Provisões de Riscos Fiscais	31.12.2018	31.12.2017
Riscos Trabalhistas	(6.590.378)	(18.436.217)
Riscos Cíveis	(669.096)	(1.671.321)
Total	(7.259.474)	(20.107.538)

Demonstra a apropriação da despesa no exercício com provisões de riscos fiscais prováveis. Maior esclarecimento e embasamento legal para evidenciação desta despesa pode ser verificado na nota explicativa 2.2.1.

3.3 Despesas Tributárias

Despesas Tributárias	31.12.2018	31.12.2017
Imposto S/ Propriedade Predial e Territorial - IPTU	(181.569)	(161.332)
Imposto Sobre Operações Financeiras	-	(10.454)
Taxas	(135.178)	(92.867)
Obrigações Patronais S/ Serviços de Pessoa Física	(32.532)	(1.822)
Contribuição P/ Serviço de Iluminação Pública	(64.193)	(83.088)
Total	(413.471)	(349.563)

3.4 Demais Resultados

Demais Resultados	31.12.2018	31.12.2017
Mais Médicos /Bolsa de Estudo no País	(96.456.647)	(95.065.865)
Multas Administrativas		(425.443)
Convênio BRASILCORD	-	(96.767)
Auxílio a Pesquisadores	(207.790)	(162.700)
Indenizações	(59.693)	(49.363)
Restituições	(41.234)	23
Total	(96.765.364)	(95.800.116)

- a) Mais Médicos / Bolsa de Estudo No País – A EBSERH auxilia o MEC no pagamento das bolsas de tutoria, supervisão e coordenação do Programa Mais Médicos do Brasil – PMMB. O acompanhamento e controle dos bolsistas são realizados pela Secretaria de Educação Superior - SESU do Ministério da Educação, cabendo à EBSERH, conforme Lei nº 12.871/2013, realizar o pagamento de acordo com a lista disponibilizada pela área responsável pelas ações do PMMB.
- b) Auxílio a Pesquisadores - Auxílio financeiro a pesquisador e a estudante para desenvolvimento de projeto na unidade HUB - “Pesquisa Linha de Cuidado de Saúde do Homem”;
- c) Indenizações – Representa o reembolso a empregados por pagamento de despesas da EBSERH.

3.5 Resultado Financeiro

Está apresentado com base na apuração entre as receitas financeiras, menos as despesas financeiras contabilizadas no exercício de 2018.

3.5.1 Receitas Financeiras

Receitas Financeiras	31.12.2018	31.12.2017
Outros Encargos de Mora	0,78	1.768.362
Multas administrativas	198.421	138.819
Descontos Financeiros Obtidos	3.000	-
Total	201.422	1.907.181

Receitas de multas administrativas – Representa a arrecadação de valores relativos a quebra de contrato por parte dos fornecedores de serviço ou material, que por descumprimento de cláusulas contratuais foram autuados e multados.

3.5.2 Despesas Financeiras

Despesas Financeiras	31.12.2018	31.12.2017
Juros, Multas	(1.007.620)	(1.079.652)
Juros e Multas sobre contratos	(586.594)	(397.817)
Encargos Financeiros	(10.675.337)	(15.052.042)
Multas Administrativas	(404.399)	-
Total	(12.673.950)	(16.529.512)

- a) Despesa com juros e Multas – Representa a despesa por atraso de pagamento de encargos patronais (INSS e FGTS) e atrasos no pagamento de rescisões de contrato de trabalho.
- b) Juros e Multas sobre contratos – representa a despesa com multa e juros por descobrimento de contrato junto aos fornecedores de bens, materiais e serviços.
- c) Encargos Financeiros Correção Afac - SELIC – Corresponde à correção Selic sobre o saldo de AFAC registrado no passivo não circulante até 31/12/2016. Maior detalhamento e base legal encontra-se na nota explicativa 2.2.2
- d) Multas Administrativas – representa a despesa com multas em razão de fiscalização do trabalho.

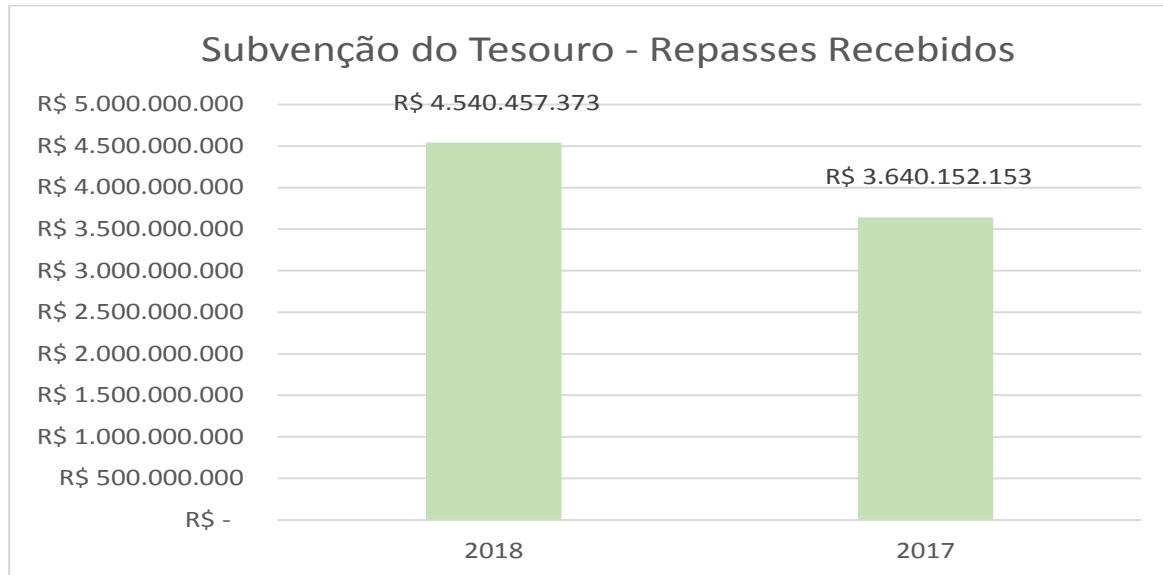
3.6 Resultado Antes da Subvenção do Tesouro Nacional

O resultado antes da apuração compreende a apuração entre o apurado com a prestação de serviço e as despesas incorridas para prestação das atividades fim da Ebserh.

3.6.1 Subvenção do Tesouro Nacional - Repasses Recebidos

A EBSEH recebeu o montante de R\$ 4,5 bilhões no ano de 2018, a título de Subvenção do Tesouro Nacional, representando 90% dos Repasses Recebidos. As receitas advindas das subvenções governamentais, registradas em conformidade com CPC 07 (R1) – IAS 20, representam quase que a totalidade dos ingressos.

O gráfico de Repasses do Orçamento Geral da União 2018/2017 reafirma o financiamento público da EBSEH, que recebeu por intermédio de descentralização financeira os repasses oriundos da Administração Direta (MEC/MS):



3.7 Resultado Antes da Contribuição Social e Imposto de Renda

Não será apurado a CSLL e o IRPJ em razão do resultado apresentado ser negativo.

3.8 Ativo Fiscal Diferido

Conforme o CPC 32 - Ativo fiscal diferido é o valor do tributo sobre o lucro recuperável em período futuro relacionado a: (a) diferenças temporárias dedutíveis; (b) compensação futura de prejuízos fiscais não utilizados; e (c) compensação futura de créditos fiscais não utilizados.

Foi normatizado de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 32/IAS 12– Tributos sobre o Lucro, aprovado pela Deliberação CVM n. 599/09. Segundo a nova previsão, o ativo diferido fiscal seria objeto de reconhecimento após atendidas diversas condições, detalhadas no item 36 do referido Pronunciamento:

“A entidade deve considerar os seguintes critérios para avaliar a probabilidade de que haverá disponibilidade de lucro tributável, contra o qual os prejuízos fiscais ou créditos fiscais não utilizados possam ser utilizados:

(a) se a entidade tem diferenças temporárias tributáveis suficientes relacionadas com a mesma autoridade tributária e a mesma entidade tributável que resultarão em valores tributáveis contra os quais os prejuízos fiscais ou créditos fiscais não utilizados podem ser utilizados antes que expirem;

(b) se for provável que a entidade terá lucros tributáveis antes que os prejuízos fiscais ou créditos fiscais não utilizados expirem;

(c) se os prejuízos fiscais não utilizados resultarem de causas identificáveis que são improváveis de ocorrer novamente; e

(d) se estiverem disponíveis para a entidade oportunidades de planejamento tributário (ver item 30) que criarão lucro tributável no período em que prejuízos fiscais ou créditos fiscais não utilizados possam ser utilizados.

Na medida em que não for provável que estará disponível lucro tributável contra o qual prejuízos fiscais ou créditos fiscais não utilizados sejam utilizados, o ativo fiscal diferido não deve ser reconhecido”.

Em vista da inexistência de oportunidade para a utilização da base de crédito negativa, não houve reconhecimento de ativo fiscal diferido.

3.9 Resultado do Exercício

A demonstração do resultado evidencia o que é apurado pelo confronto das receitas e despesas do exercício de 2018. O resultado é o somatório das receitas de contratualização SUS, concursos e aplicações financeiras, das subvenções oriundas do Orçamento Geral da União, deduzindo-se as despesas operacionais, tais como pessoal, diárias, assessoria, aluguéis, serviços de terceiros e etc. A Entidade registrou, em 2018, o resultado negativo no valor de R\$ 227.456.672 (duzentos e vinte e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil e seiscentos e setenta e dois reais).

4 Contas de exercícios anteriores sobrestadas e a evolução da empresa quanto a adequação nos controles para cumprimento das normas.

A seguir relacionamos as Nota Técnica – SC/CCF/DOF-EBSERH números 2/2019, 3/2019, 4/2019, as quais tratam das contas dos exercícios financeiros de 2015 a 2017 e visam esclarecer as observações realizadas pela Auditoria Independente, constantes no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis dos referidos exercícios, bem como dar conhecimento das ações adotadas à correção das ressalvas. Notas estas, que acompanham às Demonstrações Contábeis do Exercício de 2018 como subsídio à análise da prestação de contas da Empresa pelos Órgãos de controle.

4.1 Nota Técnica SEI nº 2/2019/SC/CCF/DOF-EBSERH referente ao exercício de 2015 contendo o plano de ação para aprimoramento dos controles, adequação às normas e obtenção da eficiência na gestão.

No relatório dos auditores independentes, foi evidenciado que a Ebserh necessitava implementar práticas de controles intrínsecos utilizados nas entidades de direito privado. Esta carência foi identificada durante o processo de Auditoria Independente, a qual, no seu relatório, trouxe a Abstenção de Opinião, com base nas seguintes ressalvas:

4.1.1 Não Validação dos saldos iniciais de 2015, por falta de processo de auditoria nos saldos finais de 2014.

“A entidade, desde sua instituição em 28/12/2011, através do Decreto presidencial nº 7.661/2011, que aprovou seu primeiro estatuto social, nunca sofreu qualquer processo de auditoria independente, deixando de atender o inciso o inciso III, art. 4º do Decreto 3.735/2001. Não houve condição de validação dos saldos iniciais do exercício de 2015, em decorrência de o exercício de 2014 não ter sido auditado por firma de auditoria”.

Sobre o primeiro ponto base para a Abstenção de opinião, informamos que a Ebserh, somente no exercício de 2015, realizou a primeira auditoria independente. O objetivo foi cumprir a determinação contida na Resolução CGPAR Nº 6, de 29 de setembro de 2015:

“Art. 1º Estender para todas as empresas públicas, sociedade de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais sociedade sem que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, a obrigatoriedade de submissão das demonstrações financeiras anuais à auditoria por auditores independentes”.

Desde então, passou a cumprir a resolução da CGPAR e aos normativos societários pertinentes ao tema (Lei 6.404/76), realizando Auditoria Independente nas Demonstrações Contábeis de forma anual.

A partir de 2018, por exigência da Lei das Estatais (Lei nº 13.303/16), iniciou-se processo de auditoria trimestral.

A norma contábil que trata dos saldos iniciais é a NBC TA (R1) – Trabalhos Iniciais – Saldos Iniciais, o normativo determina no parágrafo 5 que:

“O auditor deve ler as Demonstrações Contábeis mais recentes e o respectivo relatório do auditor independente antecessor, se houver, para informações relevantes sobre saldos iniciais, incluindo divulgações”.

Ainda no parágrafo 10, da referida norma, temos que:

“Se o auditor não conseguir obter evidência de auditoria apropriada e suficiente com relação aos saldos iniciais, ele deve expressar a opinião com ressalva ou abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis, conforme apropriado, de acordo com a NBC TA 705 (ver item A8) ”.

Ainda sobre este questionamento, a empresa de auditoria independente contratada atualmente para análise das demonstrações contábeis da Ebserh, Maciel Auditores Independentes, apresentou Ofício em 16 de janeiro de 2019, conforme anexo, esclarecendo o seguinte:

“Oportuno mencionar que a ressalva existente no relatório de 2015 com relação aos saldos iniciais é considerada como uma ressalva frequente para empresas que passam por uma primeira auditoria, como foi o caso da Ebserh. A modificação de opinião é prevista pelas normas de auditoria, conforme destacamos a seguir: “Se o auditor não conseguir obter evidência de auditoria apropriada e suficiente com relação aos saldos iniciais, ele deve expressar a opinião com ressalva ou abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis””.

Conforme verifica-se, na opinião da Maciel Auditores, a ressalva de invalidação de saldos iniciais é comum em empresas que passam pelo primeiro processo de auditoria, tanto que no ano seguinte a própria empresa de auditoria Aguiar Feres Auditores Independentes S/S apresentou opinião sobre os Demonstrativos de 2016.

4.1.2 Falta de realização de contagem de estoque nos hospitais.

“Os auditores não acompanharam e nem a entidade efetuou a contagem de estoque das filiais (hospitais) no exercício de 2015. Importante salientar que o saldo do estoque em 31/12/2015 era altamente relevante e

material (R\$ 33.445.452,41, dentro do total de Ativo Circulante de R\$ 93.295614,59 e ativos totais de Ativos de R\$ 165.301.387,79”.

Nessa ressalva, o auditor alegou falta de segurança para validar o saldo por causa da sua representatividade perante ao total de ativos da empresa.

Diante do apontamento de ressalva, a empresa empenhou-se para que no exercício seguinte fosse implementado o inventário geral de estoque. Foi publicada a Norma Operacional da Diretoria de Orçamento e Finanças nº 1/2016, que estabeleceu critérios para realização do inventário, bem como um cronograma para todas as unidades filiais.

Sobre este tema, esclarecemos que trata-se de bens de consumo para a manutenção da atividade hospitalar e em razão da dificuldade de reconstituir a memória e os cenários que permitam a rastreabilidade da utilização e consumo desses bens, em cada período, além do elevado custo e tempo que seria consumido para esses levantamentos, a administração decidiu por regularizar a situação presente com a realização dos inventários e conciliação dos saldos com os registros contábeis, bem como apurar a origem, as causas e eventuais prejuízos e responsabilidades pelas diferenças ocorridas via processo administrativo.

Para tratar a questão inventário de estoque, que ora não foi realizado, a gestão da Ebserh elaborou um plano de providência que foi executado rigorosamente e concluído no final de novembro de 2018.

1. Realização do inventário de estoques	STATUS
1.1. Mapear o processo de realização do inventário físico de estoques	Concluída
1.2. Publicar Norma Operacional de inventário de estoques (Resolução SEI nº 82/2018)	Concluída
1.3. Publicar Portaria de designação das Comissões de Inventário	Concluída
1.4. Realizar inventário físico de estoques	Concluída
1.5. Consolidar relatório de análise dos inventários de estoque	Concluída
1.6. Enviar prestação de contas de inventário para as áreas de controle	Concluída

Informar ainda, que a respeito deste tema a empresa Maciel Auditores Independentes, contratada para realizar auditoria nos exercícios de 2017 e 2018, também se manifestou por meio do Ofício de 16 de janeiro de 2019, anexo, na seguinte forma:

“Em detrimento aos estoques de 2015 e 2016 terem sido consumidos, os responsáveis pela Ebserh potencializaram esforços na tentativa de regularizar a ressalva na conta de Estoque ainda no exercício de 2018,

apresentou para esta auditoria externa o plano de providências elaborado ao término do 3º trimestre de 2018. Observamos o atendimento ao referido plano, principalmente quanto ao inventário realizado pela Ebserh, a entidade apresentou para a auditoria externa os relatórios após realização do inventário nas unidades hospitalares em gestão da Ebserh. Promovemos prévia análise aos relatórios ofertados, nos quais demonstram que a Ebserh direciona seus esforços na tentativa de regularizar as deficiências existentes na rubrica de estoque”.

Dessa forma, ratifica-se que em 2018 o trabalho de realização de inventário foi realizado, tendo sido concluído em novembro de 2018, conforme consta do processo SEI nº 23477.024854/2018-18, que contém os inventários de todos os hospitais, acompanhados das conciliações dos saldos físicos e financeiros com os registros contábeis até o mês de novembro.

Ainda sobre o inventário de estoques realizado no exercício de 2018, a Auditoria Interna da empresa se manifestou por meio de Nota Técnica nº 001/2019 – Auditoria Interna do Exercício de 2018, em que foi pontuado o seguinte:

Cabe informar que no exercício de 2018 a gestão da Ebserh realizou os inventários físicos de estoques e de bens permanentes em toda a Rede Ebserh. No que concerne ao inventário físico de estoques, foram apuradas divergências nos saldos físicos em relação aos registrados no sistema de controle interno e Siafi. As divergências foram pauta de deliberação na Diretoria Executiva a qual foi determinada por meio da Resolução no 102, de 19/01/2019, a instauração de processos específicos de apuração.

Como medida de solucionar definitivamente o problema dos controles de estoques, foi publicada a Portaria-SEI nº 08, de 09 de janeiro de 2019, a qual trata da delegação de competências para prática dos atos de gestão pelos Superintendentes dos Hospitais Universitários Federais, que dentre as várias atribuições, destaca-se a seguinte:

Art. 4º...

XXV - planejar, organizar, controlar, avaliar e acompanhar a execução das atividades de patrimônio e almoxarifado, compreendendo atividades como o controle físico dos estoques do almoxarifado por meio do Relatório de Movimentação de Almoxarifado (RMA) e dos bens inventariados por meio do Relatório de Movimentação de Bens Móveis (RMB), bem como realização de conciliações entre o físico, os sistemas de controle interno e o SIAFI, submetendo à Administração Central da Ebserh os relatórios de conciliações devidamente assinados pela Superintendência e demais responsáveis,

mensalmente ou em *temporalidade* a ser definida em norma específica, assim como promovendo a abertura dos processos de apuração de divergências de saldo de inventário e a construção dos devidos planos de ação para mitigar as divergências;

XXVI - planejar, organizar, monitorar e garantir a execução do controle de estoques dos materiais, por meio do registro formal das informações de movimentação e identificação das demandas/consumos, promovendo o uso racional e a otimização dos recursos financeiros;

XXIX - atribuir aos servidores ou empregados a responsabilidade pela guarda e conservação de bens de natureza permanente e de consumo;

Dessa forma, foram regularizados os saldos contábeis da conta estoque, garantindo com isso a demonstração do valor real disponível até o mês de novembro de 2018, ao mesmo tempo em que foram criadas normas para sistematizar um acompanhamento de entradas e saídas de almoxarifado acompanhados de conciliações mensais e a identificação dos responsáveis com vistas a garantir a conformidade dos registros.

Além das medidas adotadas conforme anunciado acima, a empresa Maciel Auditores Independentes informou por meio do Ofício de 16 de janeiro de 2019, o seguinte:

Destacamos que para o encerramento da auditoria do exercício de 2018 a Maciel Auditores prevê análise aprofundada em amostra de hospitais visando obtenção de segurança razoável para emissão do relatório de opinião do encerramento do exercício de 2018.

4.1.3 Demonstrações Contábeis contaminadas com procedimentos orçamentários da Lei nº 4.320/64.

“As Demonstrações Contábeis em 31/12/2015 estão contaminadas com procedimentos orçamentários da lei nº 4.320/64, em decorrência da importação dos dados do SIAFI para o aplicativo que gera as informações segundo a lei 6.404/76. Esses procedimentos orçamentários podem estar gerando receita fictícia para a entidade”.

De fato, nos exercícios de 2014/2015 o plano de contas da União passou por alterações para se adequar as Normas Internacionais de Contabilidade. Existia no ativo contas de diferimento que o auditor julgou “contaminar” os demonstrativos. O plano de contas foi corrigido, eliminando assim a “contaminação” que o auditor julgou existir à época.

Outro ponto mencionado foi quanto à metodologia de contabilização no sistema contábil. Por ser uma empresa dependente do tesouro nacional, conforme definido no Artigo 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/00

III - empresa estatal dependente: empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

A EBSERH deve realizar a execução orçamentária e financeira integralmente no SIAFI, observando as orientações contábeis para o Setor Público inclusive quanto à utilização do Plano de Contas e a elaboração dos demonstrativos contábeis exigidos para este Setor. E em virtude da sua natureza jurídica, a EBSERH deve, também, observar a legislação societária, reforçada pelo disposto no Art. 7º da Lei nº 13.303/16:

Aplicam-se a todas as empresas públicas, as sociedades de economia mista de capital fechado e as suas subsidiárias as disposições da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e as normas da Comissão de Valores Mobiliários sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras, inclusive a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado nesse órgão.

Para não realizar trabalho duplo, o que demandaria para o trabalho um quantitativo de pessoas incompatível com a realidade da empresa, utilizou-se a importação dos movimentos registrados no SIAFI para os registros contábeis. Haja vista que era uma metodologia recente à época, implementada para atender às normas de contabilidade societária de alta complexidade operacional, e devido à falta de sistema para realização de integração entre os dois ambientes, gerou-se insegurança naquele período. Atualmente, após aprimorar o processo, a prática de importação de dados do SIAFI é aceita como adequada pela Auditoria Independente.

Diante das informações prestadas, da revisão dos processos que tem relação direta com os apontamentos da Auditoria Independente, concluímos que as Demonstrações Contábeis não foram de toda forma afetadas materialmente e que em alguns casos, como contagem de estoques, é inviável ser realizada pós exercício.

Dessa forma, concluímos que as auditorias realizadas na empresa contribuíram para evidenciar as fragilidades e provocar a administração da empresa a buscar soluções para melhoria dos controles internos e aplicação da técnica contábil adequada à estrutura da Ebserh.

Destaca-se que, hoje, os saldos nas contas de estoques dos sistemas de controle interno refletem a realidade dos saldos financeiros representados nas demonstrações contábeis de 2018, os quais foram testados e validados pelas auditorias independente e interna. Quanto a terceira ressalva, entendemos tratar-se de inconsistência na forma, o que não afeta o resultado da empresa.

4.2 Nota Técnica SEI nº. 3/2019/SC/CCF/DOF-EBSERH referente ao exercício de 2016 contendo o plano de ação para aprimoramento dos controles, adequação às normas e obtenção da eficiência na gestão.

Os auditores independentes emitiram parecer com ressalva alegando que os inventários físicos de estoques realizados no final de 2016 pelos Huf, cujo saldo agregado representava percentual relevante em relação ao total do ativo da Ebserh, não tiveram o acompanhamento por parte da auditoria interna e auditoria independente. In verbis:

“Nossa firma de auditoria foi contratada somente no ano de 2017 para examinar as Demonstrações Financeiras relativas ao ano base 2016, por este posto, não foi possível efetuar o acompanhamento da contagem física dos estoques, que, ao final do exercício sob análise, representava cerca de 30% do total do ativo. Não podemos confirmar o valor desse estoque, com valor significativamente relevante.”

É importante frisar que a Norma Operacional DOF nº 1/2016 já previra a obrigatoriedade de que os inventários físicos de estoques dos Huf fossem realizados sob a supervisão da auditoria interna e da auditoria independente.

Como consabido, a conta “estoques” expressa o valor de custo de uma imensa quantidade de itens de materiais de consumo existentes nos Huf à época do balanço, os quais são necessários à realização cotidiana de suas atividades-fim.

Em razão da notória dificuldade de reconstituição, em cada período, dos eventos que resultaram no consumo dos inúmeros itens de materiais em estoque, que, dada a ausência de rastreabilidade tornaria o processo bastante dispendioso em termos de tempo e recursos, a Ebserh decidiu regularizar a situação por meio da realização de novos inventários físicos e imediata conciliação com os registros contábeis, apurando as causas das diferenças encontradas e as responsabilidades por eventuais prejuízos, via instauração de processo administrativo.

Para tratar o problema relatado pela auditoria independente relativamente a questão do inventário de estoques nos Huf, a Ebserh elaborou um plano de providências, o qual foi rigorosamente cumprido, concluído no final de novembro de 2018, cujas etapas estão descritas no item 4.1 - Nota Técnica nr. 001/2019 referente ao exercício de 2015, subitem 4.1.2 Falta de realização de contagem de estoques hospitalares.

À vista do exposto, considerando que as ações empreendidas pela Ebserh ao longo do tempo, após a emissão do parecer da auditoria independente do exercício de 2016, resultaram no reconhecimento posterior, tanto por parte da auditoria independente quanto da auditoria interna, de que o valor dos estoques no ativo correspondem às quantidades informadas nos controles internos, pode-se concluir que a ressalva constante do parecer da auditoria independente, relativo às Demonstrações Contábeis da Ebserh do exercício de 2016, encontra-se dirimida.

Dito de outra maneira, atualmente os saldos das contas de estoques constantes nos sistemas de controles internos refletem fidedignamente a realidade dos saldos financeiros evidenciados nas Demonstrações Contábeis de 2018, os quais foram testados e validados pelas auditorias independente e interna.

4.3 Nota Técnica SEI nº. 4/2019/SC/CCF/DOF-EBSERH referente ao exercício de 2017 contendo o plano de ação para aprimoramento dos controles, adequação às normas e obtenção da eficiência na gestão.

A empresa Maciel Auditores Independentes, contratada pela Ebserh para realizar a auditoria independente das demonstrações contábeis relativas aos exercícios de 2017, ampliou seu escopo de análise e identificou que a empresa ainda necessitava evoluir em relação (i) à realização do inventário de estoques nos Huf; (ii) à necessidade de realização do teste de recuperabilidade (impairment) do ativo imobilizado; e, (iii) aos critérios contábeis de apropriação de dívidas com fornecedores.

4.3.1 Relativamente à realização do inventário de estoques nos Huf, o relatório de auditoria apresentou a seguinte ressalva:

“Nossa firma de auditoria foi contratada maio de 2018 para examinar as demonstrações contábeis findo em 31 de dezembro de 2017, desta forma não nos foi possível efetuar o acompanhamento da contagem física dos estoques, que representam 24% do ativo em 31 de dezembro de 2017”.

Nada obstante os esforços envidados pela Ebserh objetivando a melhoria dos processos concernentes à realização dos inventários dos anos de 2016 e 2017, o fato de a auditoria independente não ter acompanhado a contagem física dos estoques nos Huf, conforme visto, gerou insegurança para a validação do saldo da conta. A falta de supervisão da auditoria na realização do inventário, portanto, constituiu fator determinante para a manutenção da ressalva no parecer de auditoria independente relativo às demonstrações contábeis de 2017.

Como consabido, a conta “estoques” expressa o valor de custo de uma imensa quantidade de itens de materiais de consumo existentes nos Huf à época do balanço, os quais são necessários à realização cotidiana de suas atividades-fim.

Em razão da notória dificuldade de reconstituição, em cada período, dos eventos que resultaram no consumo dos inúmeros itens de materiais em estoque, que, dada a ausência de rastreabilidade tornaria o processo bastante dispendioso em termos de tempo e recursos, a Ebserh decidiu regularizar a situação por meio da realização de novos inventários físicos e imediata conciliação com os registros contábeis, apurando as causas das diferenças encontradas e as responsabilidades por eventuais prejuízos, via instauração de processo administrativo.

Para tratar o problema relatado pela auditoria independente relativamente a questão do inventário de estoques nos Huf, a Ebserh elaborou um plano de providências, o qual foi rigorosamente cumprido, concluído no final de novembro de 2018, cujas etapas estão descritas no item 4.1 - Nota Técnica nr. 001/2019 referente ao exercício de 2015, subitem 4.1.2 Falta de realização de contagem de estoques nos hospitais.

4.3.2 Relativamente à necessidade de realização do teste de recuperabilidade (impairment) do ativo imobilizado, o relatório de auditoria apresentou a seguinte ressalva:

“A entidade deixou de aplicar os procedimentos técnicos relacionados ao teste de recuperabilidade (impairment) do seu Ativo Imobilizado, que apresenta saldo líquido de depreciação em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 101.209 mil, conforme determina as normas contábeis, NBC TG 01 (R4) – Valor Recuperável de Ativos e NBC TG 27 (R4) – Imobilizado, não nos sendo possível determinar os efeitos sobre as demonstrações contábeis caso esse procedimento tivesse sido adotado”.

Sobre o assunto, por ter sido constituída sob a forma de empresa pública de direito privado a Ebserh está submetida às disposições da Lei nº 6.404/1976, e às normas da Comissão de

Valores Mobiliários sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras, consoante o Art. 7º da Lei nº 13.303/2016.

O § 3º do Art.183 da Lei 6.404/76, por seu turno, determina que as empresas deverão efetuar acerca da recuperabilidade dos valores registrados no ativo imobilizado e no intangível, in verbis:

“Art. 183 § 3º A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, a fim de que sejam:

I – Registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor;

II – Revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização”

Como providência, em 2018 a Ebserh contratou uma empresa especializada visando à prestação do serviço de avaliação patrimonial de seus ativos imobilizados e intangíveis, cujos laudos foram entregues em março de 2019.

É importante frisar que a Ebserh realiza o registro de sua movimentação patrimonial, financeira e orçamentaria no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI. Os valores estão registrados (Sistema Contábil Societário) e apresentados nos Demonstrativos Contábeis referente ao exercício de 2018. Serão registrados no Sistema SIAFI durante o exercício de 2019 como eventos subsequentes ao encerramento do exercício. O reflexo do registro de impairment no Sistema Contábil Societário e SIAFI está evidenciado na nota explicativa, capítulo 5.

Por considerar que a Ebserh cumpriu a exigência legal relativamente à realização do teste de recuperabilidade, em seu parecer relativo às Demonstrações Contábeis de 2018 a empresa Maciel Auditores Independentes não consignou ressalva sobre o tema em comento.

4.3.3 Relativamente aos critérios contábeis de apropriação de dívidas com fornecedores, o relatório de auditoria apresentou a seguinte ressalva:

“Em 31 de dezembro de 2017 a conta apresentou o saldo de R\$ 39.429 mil, representando 16% do total do Passivo Circulante, entretanto o saldo é insuficiente para apresentar o total de obrigações existentes, visto que são realizados ajustes indevidos na conta a fim de equiparar o saldo contábil ao liquidado apresentado pelo SIAFI. As peças contábeis seguem as premissas apresentadas pela Lei 6.404/76 e normas contábeis correspondentes, desta

forma os saldos contábeis devem refletir a legislação e normativos vigentes. Destacamos também que não obtivemos evidências necessárias e suficientes para validarmos a idade dos saldos presentes, desta forma não podemos confirmar o valor do saldo em 31 de dezembro de 2017”.

Para a elaboração das Demonstrações Contábeis sob a égide da Lei nº 6.404/76, a Ebserh apropriou em sistema informatizado específico, intitulado Alterdata, toda a sua movimentação financeira e patrimonial realizada no SIAFI. Trata-se de processo complexo, o qual, reconhecidamente, requereu aprimoramento.

Até o final do exercício de 2017 a migração dos dados de fornecedores do SIAFI para o sistema Alterdata era realizada manualmente, fato que gerava retrabalho e divergências entre os saldos registrados nos sistemas.

Em 2018 a Ebserh promoveu aperfeiçoamentos significativos no processo de migração dos dados entre os referidos sistemas, tornando semiautomático o procedimento de importação, de forma que os testes realizados pela auditoria independente conferiram um nível de segurança adequado para a validação dos saldos.

Por considerar que o referido problema foi devidamente sanado pela Ebserh, em seu parecer relativo às Demonstrações Contábeis de 2018 a empresa Maciel Auditores Independentes não consignou ressalva a respeito do assunto.

À vista do exposto, conclui-se que as ressalvas constantes do relatório de auditoria independente, relativas às Demonstrações Contábeis de 2017, encontram-se superadas atualmente, em virtude das ações implementadas pela Ebserh em 2018, que resultaram no aperfeiçoamento de seus controles internos.

As recomendações da auditoria contribuíram sobremaneira para a exposição de determinadas fragilidades nos controles internos da Ebserh, e intensificaram os esforços, que já estavam em curso na empresa, sabidamente necessários ao enfrentamento dos problemas apontados nos relatórios de auditoria.

Em conclusão, atualmente os saldos das contas de estoques, fornecedores a pagar e ativo imobilizado, constantes nos sistemas de controles internos, refletem fidedignamente a realidade dos saldos financeiros evidenciados nas Demonstrações Contábeis de 2018, de modo que pode-se considerar que as ressalvas constantes no parecer de auditoria independente relativas às Demonstrações Contábeis do exercício de 2017 encontram-se dirimidas.

5 Conciliação conforme acórdão nº 2016/2006 – TCU – plenário

Em atenção ao Acórdão N° 2016/2006 - TCU – Plenário deve-se promover a conciliação entre a contabilidade feita de acordo com a Lei 6.404/76 e aquela promovida conforme a Lei 4.320/64, apresentadas pelas empresas estatais dependentes, abaixo quadro comparativo:

Conciliação entre Lei 6.404/76 e Lei 4.320/64 extraído do SIAFI

ATIVO	Lei 6.404/76 - BP		ATIVO	Lei 4.320/64 - BP SIAFI		Diferenças apurados entre as legislações	
	31.12.2018	31.12.2017		31.12.2018	31.12.2017	2018	2017
Circulante	478.582.645	230.056.802	Circulante	478.582.645	230.056.802	-	-
Não Circulante	196.688.453	144.073.315	Não Circulante	206.512.876	144.073.315	(9.824.423)	-
TOTAL DO ATIVO	675.271.098	374.130.117	TOTAL DO ATIVO	685.095.521	374.130.117	9.824.423	-

PASSIVO	Lei 6.404/76 - BP		PASSIVO	Lei 4.320/64 - BP SIAFI		Diferenças apurados entre as legislações	
	31.12.2018	31.12.2017		31.12.2018	31.12.2017	2018	2017
Circulante	704.238.631	240.178.872	Circulante	704.238.631	240.178.872	-	-
Não Circulante	211.073.020	193.138.210	Não Circulante	211.073.020	193.138.210	-	-
Patrimônio Líquido	(240.040.553)	(59.186.965)	Patrimônio Líquido	(230.216.130)	(59.186.965)	(9.824.423)	-
TOTAL DO PASSIVO	675.271.098	374.130.117	TOTAL DO PASSIVO	685.095.521	374.130.117	9.824.423	-

DRE	Lei 6.404/76 - DRE			Lei 4.320/64 - DVP SIAFI		Diferenças apurados entre as legislações	
	31.12.2018	31.12.2017		31.12.2018	31.12.2017	2018	2017
Resultado do Período	(227.456.672)	(14.898.552)		(217.632.250)	(14.898.552)	9.824.421,82	-
TOTAL	(227.456.672)	(14.898.552)		(217.632.250)	(14.898.552)	9.824.421,82	-

A diferença demonstrada na conciliação tem como causa o registro do valor de teste de recuperabilidade (impairment) no Sistema de Contabilidade Societária, obedecendo aos princípios e normas que vigoram para as sociedades empresariais constituídas sob regime jurídico privado, as quais são regidas pela lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. O detalhes do processo estão explicitados nas notas explicativas 1.2.3.3 e 4.3.2.

6 Informações Complementares

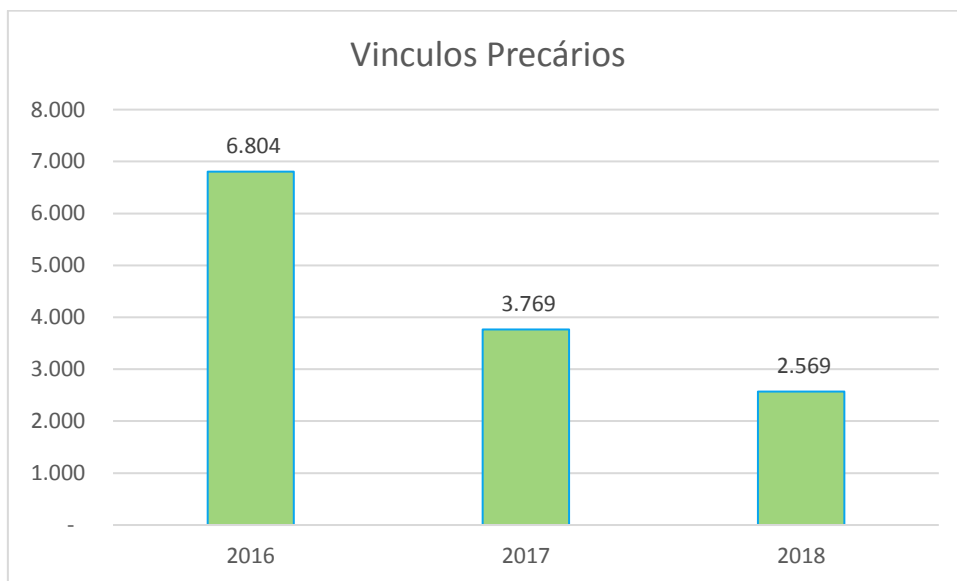
a) Remuneração pagas a empregados e administradores

De acordo com a Resolução nº 03, de 31 Dez 10, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), publicada

no Diário Oficial da União, em 28 Mar 11, apresentamos o quadro abaixo. Nos valores das remunerações, estão inclusos os adicionais fixos:

Administradores	2017	2018
Maior	29.139,56	30.999,53
Menor	15.778,14	5.337,10
Média	23.806,78	17.187,33
Empregados	2017	2018
Maior	15.918,02	17.007,57
Menor	2.031,19	2.170,22
Média	5.118,84	5.560,11

b) Situação dos Vínculos Precários



Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas

Vínculos precários correspondem à contratação de pessoal, por parte dos HUFs, antes do advento da EBSERH. A redução dos vínculos precários é decorrência da realização de concursos públicos.

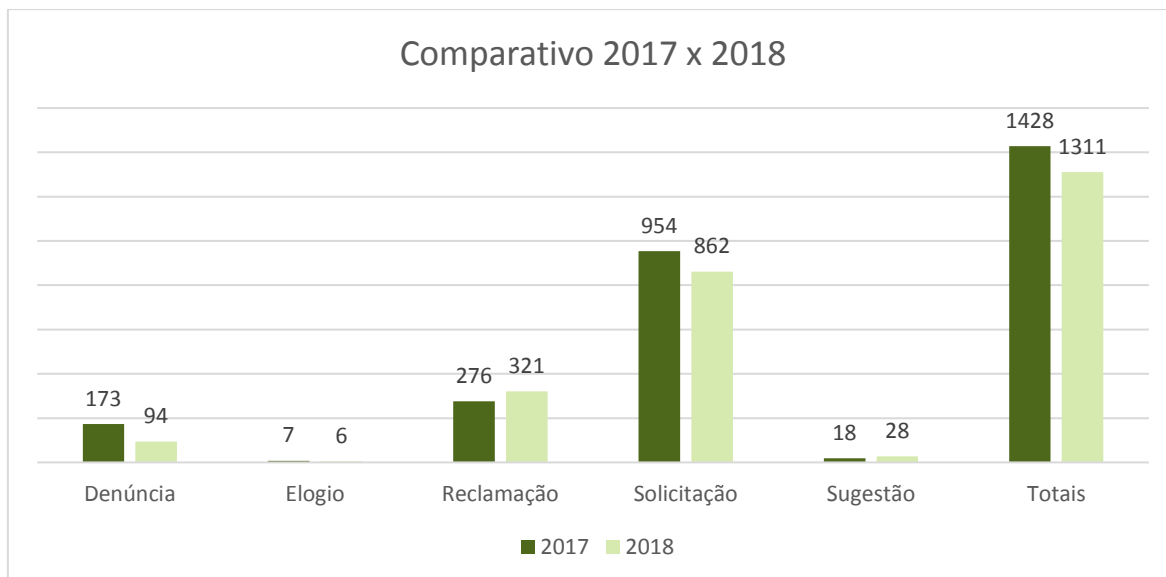
c) Ações da Ouvidoria da EBSERH

A partir de outubro de 2018, as Ouvidorias da Rede Ebserh passaram a utilizar o e-OUV, Sistema Informatizado de Ouvidorias do Poder Executivo Federal, como canal único para registro de manifestações. O uso do sistema é uma exigência trazida pelo Decreto 9.492/2018, que estabelece o prazo de um ano para adequação. No entanto, um mês após a vigência do decreto, a Rede Ebserh já se propôs a fazer a migração para o novo sistema.

A nova plataforma permite ao cidadão avaliar a resposta recebida pelos órgãos/entidades. Em se tratando desse feedback do cidadão às respostas oferecidas pela Ouvidoria-Geral, no último trimestre do ano (período em que passamos a usar o sistema), contamos com a avaliação voluntária de 25% dos(as) cidadãos(ãs) que fizeram o uso do canal. Segundo o “Painel Resolveu”, da Controladoria-Geral da União, que consolida os dados das avaliações dos(as) cidadãos(ãs), o índice de resolutividade da Ouvidoria-Geral no período foi de 89%, sendo que o “satisfatômetro” apontou uma média de 77%. Se considerarmos que, para o mesmo período, as médias do Poder Executivo Federal são de 65% e 58,70%, respectivamente para resolutividade e “satisfatômetro”, percebemos que a Ouvidoria-Geral da Ebserh estreou muito bem o novo sistema.

Em se tratando do balanço anual da Ouvidoria-Geral, o comparativo entre os anos aponta uma diminuição de 117 demandas, o que corresponde a aproximadamente 7% de queda. No entanto, em razão de aspectos como a subnotificação das manifestações respondidas por telefone em razão da capacidade da equipe e mudança na forma de contabilização das manifestações, em razão da mudança no sistema, certamente tiveram impacto sobre esses números.

O gráfico abaixo mostra o comparativo entre os anos:



ALEX RODRIGUES BATISTA

Chefe de Serviço de Contabilidade
 Contador CRC/DF 024898/O

WASLEI JOSÉ DA SILVA

Coordenador de Contabilidade e Finanças

IARA FERREIRA PINHEIRO

Diretora de Orçamento e Finanças

EDUARDO CHAVES VIEIRA

Diretor Vice-Presidente Executivo

OSWALDO DE JESUS FERREIRA

Presidente



HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS

EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES

SCS Quadra 9, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre C, 1° ao 3° andares -
Bairro Asa Sul

Brasília-DF, CEP 70308-200

(61) 3255-8900 - <http://www.ebserh.gov.br>

NOTA Nº 17/2019/SC/CCF/DOF-EBSERH

PROCESSO Nº 23477.001531/2019-37

INTERESSADO: Assembléia Geral, Gabinete da Presidência, Diretoria Executiva, Coordenação-Geral de Participações Societárias, Diretoria de Orçamento e Finanças, Auditoria Interna, Serviço de Contabilidade, Coordenadoria de Contabilidade e Finanças

ASSUNTO: Demonstrações Contábeis Consolidadas de 2018

I. INTRODUÇÃO

A presente Nota Técnica tem como objetivo cumprir aos normativos legais quanto a assinatura dos Demonstrativos Contábeis da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, visto que é uma entidade regida pela Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e sujeitas ao regulamento do Imposto de Renda, Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018 e demais normativos que regem as empresas estatais dependentes.

II. FUNDAMENTAÇÃO

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares- Ebserh, empresa Dependente do Tesouro Nacional, foi criada com personalidade jurídica de direito privado, conforme versa seu estatuto social:

"Art. 1º. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh, empresa pública de capital fechado, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, vinculada ao Ministério da Educação, é regida por este Estatuto Social, pela Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei nº 12550, de 15 de dezembro de 2011, pela Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e demais legislações aplicáveis".

O Artigo 1.048 do anexo ao Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018, regulamento do Imposto de Renda, in verbis:

Art. 1.048. O balanço patrimonial, as demonstrações do resultado do período de apuração, os extratos, as discriminações de contas ou lançamentos e demais documentos de contabilidade deverão ser assinados por bacharéis em ciências contábeis, atuários, peritos-contadores, contadores, guarda-livros ou técnicos em contabilidade legalmente registrados, com indicação do número dos registros ([Decreto-Lei nº5.844, de 1943, art. 39, caput](#)).

§ 2º Desde que legalmente habilitados para o exercício profissional, os titulares, os sócios, os acionistas ou os diretores podem assinar os

documentos referidos neste artigo.

Ainda, o § 4º, art. 177, da Lei nº 6.404/76, determina quais são os responsáveis pela assinatura dos Demonstrativos Contábeis da entidade:

§ 4º As demonstrações financeiras serão assinadas pelos administradores e por contabilistas legalmente habilitados.

Desta forma, assinamos e apresentamos os Demonstrativos Contábeis Consolidados da Ebserh para o exercício de 2018, documento Sei nº (1519991)

ALEX RODRIGUES BATISTA

Chefe de Serviço de Contabilidade

Contador CRC/DF 024898/O

WASLEI JOSÉ DA SILVA

Coordenador de Contabilidade e Finanças

IARA FERREIRA PINHEIRO

Diretora de Orçamento e Finanças

EDUARDO CHAVES VIEIRA

Diretor Vice-Presidente Executivo

OSWALDO DE JESUS FERREIRA

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Alex Rodrigues Batista, Chefe de Serviço**, em 16/05/2019, às 12:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Waslei Jose da Silva, Coordenador(a)**, em 16/05/2019, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Chaves Vieira, Diretor(a) Vice-Presidente**, em 16/05/2019, às 17:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Iara Ferreira Pinheiro, Diretor(a)**, em 16/05/2019, às 17:36, conforme horário oficial de Brasília,



com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Oswaldo de Jesus Ferreira, Presidente**, em 16/05/2019, às 17:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1520128** e o código CRC **01B5FF07**.

Referência: Processo nº 23477.001531/2019-37 SEI nº 1520128

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e aos Conselheiros do
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSEH
Brasília - DF

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH** ("EBSEH" ou "Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com Ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com Ressalva

Contas a Receber e Receitas Operacionais

Em 31 de dezembro de 2018, a administração da Empresa não apresentou controles internos eficazes para garantir que as informações contábeis estão registradas de acordo com o Regime de Competência conforme NBC TG Estrutura Conceitual. A existência de registros contábeis em desacordo com a NBC TG 47 – Receita de Contrato de Clientes apresenta distorções relevantes no resultado e nas contas patrimoniais.

Os controles internos não são suficientes para garantir que os lançamentos contábeis correspondentes às receitas operacionais estejam adequadamente reconhecidos contabilmente aos períodos correspondentes. Não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para concluirmos quanto aos valores registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.



PECLD (Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa)

Em 31 de dezembro de 2018, foram identificados saldos de clientes vencidos acima de 120 dias, essa composição é de aproximadamente 80% do saldo. A entidade não dispõe de uma política ou um regulamento de provisão para Perdas Estimadas com créditos de liquidação duvidosa, diante deste fato não foi possível concluirmos sobre a necessidade de ajustes a valor de realização dos créditos nas demonstrações contábeis.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a EBSEH de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Ênfase

Contas de exercícios anteriores sobrestadas e a evolução da empresa

Ressaltamos a Nota Explicativa 4, no qual destaca a elaboração de notas técnicas de número 2, 3 e 4 que acompanham as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018. As notas técnicas foram elaboradas reforçando as observações realizadas pela Auditoria Independente, constantes nos Relatórios dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis dos exercícios de 2015, 2016 e 2017, bem como trazendo ao conhecimento as ações que foram adotadas para correção das ressalvas. A solução dos eventos



e possíveis impactos nas demonstrações dependem de implementação dos planos de ação, nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da EBSEH, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da EBSEH. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma Técnica e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram, por nós examinadas, no qual emitimos o relatório em 25 de maio de 2018 com opinião com ressalva nos seguintes assuntos: i) Não realização de inventário no exercício de 2017 para a rubrica de estoques da EBSEH e das unidades hospitalares que estão sobre sua gestão, em novembro de 2018 foi concluído o inventário físico dos estoques; ii) A entidade deixou de aplicar os procedimentos técnicos relacionados ao teste de recuperabilidade (*impairment*) do seu Ativo Imobilizado, em 2018 foi realizado o teste de *impairment* e os efeitos reconhecidos nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018; iii) Em 31 de dezembro de 2017 o montante da rubrica de Fornecedores e Contas a Pagar era de R\$ 39.429 mil, no qual o saldo não apresentava o total de obrigações existentes com terceiros, em 2018 os valores foram ajustados e considerados no montante de obrigações. Estes assuntos deixaram de ser ressalvas nas Demonstrações Contábeis do exercício de 2018.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional

e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de

continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

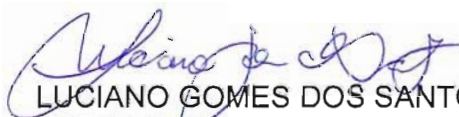
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de maio de 2019.



MACIEL AUDITORES S/S
2 CRCRS 5.460/O-0 T SP
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
Contador 1 CRCRS 071505/O-3 T SP
Sócio Responsável Técnico



LUCIANO GOMES DOS SANTOS
Contador 1 CRCRS 59.628/O-2
Sócio Responsável Técnico